



PAZ!

EUA x Opinião Pública Mundial

EDITORIAL

Iniciamos o ano acadêmico de 2003 sob o impacto de três grandes eventos. O primeiro, a posse de Lula como presidente da República, no dia 1º de janeiro, alimentando a esperança da realização das mudanças sociais urgentes e inadiáveis. O segundo, a realização do 3º Fórum Social Mundial, precedido do Fórum Mundial da Educação, de 19 a 27 de janeiro. O terceiro, as gigantescas manifestações pela paz no dia 15 de fevereiro. Estas últimas, segundo alguns analistas, constituíram-se no maior protesto coletivo na história da humanidade. A tal ponto que o *The New York Times* constatou que 'no mundo há duas superpotências: os EUA e a opinião pública mundial'. Estes três eventos são tratados neste número do IHU On-line que vem em novo formato gráfico, na sua versão impressa e com três novas editorias: teologia pública, o meu clássico e Fórum Social Mundial. O boletim não circulará na segunda-feira de carnaval. Ele volta a ser distribuído no dia 7 de março, segunda-feira. Bom ano! Bom carnaval! Boa leitura!

ESTUDANTES DA UNISINOS E A PAZ IGUALDADE PARA TODOS

Dayana Wasem, 23, e Celomar da Silva, 23, são estudantes de Arquitetura na Unisinos. Dayana trabalha numa empresa calçadista, e Celomar é estagiário no Setor Público. Dayana conta que cresceu conhecendo os Estados Unidos como vilão da história, mas que, neste conflito com o Iraque, consegue ver, com clareza, que a razão que está por trás dele, é econômica, e não política. "Eu trabalho numa empresa de calçados e vejo como os americanos procuram lugares pobres para instalar suas empresas, porque a mão de obra é mais barata. Mas, em todo caso, isso também os beneficia, pois, em torno dessa empresa, a cidade cresce. Se os Estados Unidos quisessem fazer uma coisa assim no Iraque, até poderia trazer algum benefício...Imagina como deve ser a situação no Iraque, a população de lá não deve dormir nunca por medo

de um atentado” . Para a estudante, a situação atual de conflito gera um grande temor em relação ao futuro do Brasil e da Alca. “Querem declarar a guerra, porque o Iraque não cede diante deles, se nós não cedermos com Alca, o que vai acontecer?” Para Celomar, a questão da paz tem uma profunda contradição: “No fundo, a essência da paz é uma questão simples ao mesmo tempo que extremamente complexa: trata-se de mudar paradigmas. É complexo, porque, por exemplo, aqui na Universidade não há hábito de debate, temos quinhentas disciplinas, mas poucas que façam o aluno refletir. Não aprendemos muito a ver o outro. Se pensarmos bem, quantas pessoas vemos no dia-a-dia e não as consideramos. Precisamos muito mais reconhecer os outros, todos os outros, como nossos iguais”, disse o estudante. Diante deste comentário, Dayane leva essa igualdade às fronteiras internacionais. “Se a igualdade fosse para os dois lados os iraquianos e os brasileiros entraríamos nos Estados Unidos com a mesma tranqüilidade que eles entram no Iraque ou no Brasil. Eles não poderiam pegar o petróleo do Iraque sem lhes dar algo em troca”, afirma a jovem.

A UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE DA PAZ

Rodrigo Lima, 25, é estudante de História e primeiro tesoureiro do DCE na atual gestão “Nova Opção”. O militante estudantil vê no conflito a extensão dos EUA, ao longo dos anos de manter a hegemonia econômica, fortalecendo a indústria armamentista. Para o estudante, a sociedade de paz só é possível, se cada povo tem capacidade de autodeterminação. “Há um quase senso comum de não à guerra. Mas a proposta dos EUA inclui a deportação de Saddam Hussein, o que já implica uma renúncia à autodeterminação dos povos. Os povos devem exercer a capacidade de pensar em si mesmos e escolher o que seja necessário para sua auto-sustentação. Para isso deve haver igualdade social garantindo os direitos básicos de saúde, educação, segurança, etc. Essa igualdade evitaria a supremacia de uns sobre os outros, e haveria paz”. Para Rodrigo, dentro da sociedade da paz, a universidade cumpriria um papel fundamental. “Seria uma universidade à qual todos teriam acesso sem sacrifício de ninguém, e essa universidade daria, o que o próprio nome diz, uma visão universal das coisas que ajudam a construir essa igualdade. Ela forneceria mecanismos para formar cidadãos para essa sociedade sem disputa”.

A GUERRA E O CONFLITO NO COTIDIANO: DEPOIMENTO DE UMA PROFESSORA

A GUERRA NO DIA-A-DIA

“Eu lido com a guerra e a situação de conflito desde que comecei a trabalhar”, afirma Paula Caleffi, que trabalha com populações indígenas, é coordenadora do Curso de História da Unisinos e professora do PPG de História. Paula impressiona-se com a mobilização popular despertada pela possibilidade de conflito entre Estados Unidos e Iraque e a pouca sensibilidade diante das guerras internas enfrentadas pela exclusão social. “Não me estranha a possibilidade de essa guerra acontecer, porque conheço de perto as dificuldades de estabelecimento de relações entre os diferentes. Essa guerra acontece, aproveitando-se das diferenças de posicionamentos político e religioso. Eu convivo com isso; vejo no micro o que o conflito em questão mostra no macro. Claro que acho as duas inadmissíveis. O que me estranha é que as pessoas se escandalizem com aquela guerra que está longe e não se escandalizem com a que está em nosso cotidiano. Gostaria de ver uma mobilização

assim pelos povos indígenas, por exemplo”. Para a professora, a sociedade da paz seria possível se as fronteiras e o poder dos Estados fossem diluídos. “Uma sociedade onde não exista uma instância de poder unida ao corpo social. A sociedade na sua totalidade seria responsável pelo poder, e os fluxos de poder se alternariam em forma simétrica de maneira que sua direção poderia ser revertida a qualquer momento. Seria uma sociedade com menos tensão, mais criatividade, mais compreensão das diferenças e atenção ao ser humano. As fronteiras políticas dos países se diluiriam, e a sociedade seria organizada por famílias, cooperativas, comunidades, grupos formados a partir do que acreditassem”.

FUNCIONÁRIOS DA UNISINOS E A PAZ

Não investir em armamento

Maurício Amaral, 25, é funcionário do setor de Desenvolvimento de Pessoal da Unisinos e reside em Canoas. Para ele, a guerra tem por trás o domínio econômico e cultural dos EUA. “A briga pelo petróleo aquece a economia americana. Também entra como motivo a necessidade de impor a cultura americana aos demais países. O presidente Bush ultrapassa todos os limites e o Iraque também não é o bonzinho da história. Numa sociedade de paz, em primeiro lugar, os direitos deveriam ser iguais para todos, sejam ocidentais, orientais, muçulmanos, cristãos, pobres ou ricos. Todos deveriam ter direito à voz, tendo suas opiniões respeitadas, mas isso é uma utopia. Também penso que ajudaria se os governos não investissem mais um centavo em armamento. Iriam se defender de quem, se todos os países fizessem isso? Algumas pessoas falam de Estado Mínimo como uma saída. Eu não concordo com isso. Creio que o Estado está aí para agir e interferir em tudo. Acho que esse não é o caminho”.

A polícia do mundo

Marcelo Nahr, 30, é funcionário da Editora Unisinos e mora em São Leopoldo. Segundo ele, o presidente Bush é extremamente despreparado. “Os americanos se consideram a “polícia do mundo”. Por outro lado, Saddam é um ditador. Pelo que ouvimos, quem do Iraque for contra ele ou criticá-lo, é condenado a pena de morte. Eu participei da passeata pela paz no Fórum Social Mundial. Está cada vez mais difícil imaginar um mundo em plena paz em nosso cotidiano, envolto de tanta hostilidade. O conceito que devemos ter de um mundo em paz não é apenas um mundo sem conflitos armados. Acredito que o conceito de paz tenha uma abrangência muito maior. Existem outras formas de guerra, como a insanidade do trânsito nas grandes cidades, as discriminações de todos tipos, a “falência” da família, as drogas, o medo da criminalidade, a corrupção, a ganância econômica, a miséria e tantos outros males que nos impedem de viver na tão sonhada paz. Criticamos os homens que fazem as grandes guerras declaradas, mas e os conflitos não declarados dos quais somos participantes ativos? Será que não instigamos ou somos coniventes com essas “pequenas guerras”? Penso que o mundo de paz que almejamos somente será possível quando nos dermos conta de que a guerra começa e acaba dentro de cada um de nós”.

Vida digna

Adelar José Forneck, 40, é gerente da Tabacaria Central da Unisinós e mora em São Leopoldo. Para ele, a guerra tem sua origem na crise econômica dos Estados Unidos. “A economia americana está quase falida. A guerra contra o Iraque é uma válvula de escape. É fácil imaginar e idealizar uma sociedade de paz. Seria preciso que as pessoas responsáveis pelos países se reunissem, argumentassem sua situação e criassem uma forma de dar vida digna para as pessoas do mundo inteiro. Só assim teríamos paz. Tendo vida digna, quem vai querer brigar? Quem vai se revoltar? A ambição é o grande problema da humanidade e o maior adversário da paz”.

BADALADAS PELA PAZ**UMA INICIATIVA NASCIDA EM SÃO LEOPOLDO**

Uma iniciativa em favor da paz, que nasceu em São Leopoldo- RS, no início de fevereiro de 2003 tem se espalhado pelo Brasil e está chegando a outros países. Marie Ann Wangen Krahn, ativista da paz e professora de hebraico da Escola Superior de Teologia da IECLB, teve esta idéia e a propagou entre igrejas, escolas e empresas: às dez horas, todos os dias, dar algum sinal, tocando sinos, sinetas, apitos, etc. e parar dois minutos para refletir e rezar pela paz. O lema da atividade é “parar a guerra, parar pela paz”. *IHU On-Line* conversou com Marie sobre o assunto.

IHU On-Line- Como surgiu a iniciativa?

Marie Ann Krahn- Eu estava muito angustiada vendo a surdez dos líderes diante do clamor do povo. Milhares de pessoas bradam pela paz em manifestações, em toda parte do mundo, mas parece que as súplicas estão chegando a ouvidos e corações surdos de alguns líderes de alguns países deste mundo que insistem em propagar mentiras. Pensei que devia fazer alguma coisa que estivesse ao meu alcance. Nesse momento, lembrei da campanha contra as minas terrestres, em 1999, quando se resolveu tocar os sinos como medida de protesto contra as vítimas das minas, já que nelas, a cada 20 minutos, morria um trabalhador. Em conclusão, o Brasil assinou o tratado para a eliminação das minas e a ajuda às vítimas. Por isso tive a idéia dos sinos. Também acredito muito na força da oração e especialmente na oração feita por muita gente ao mesmo tempo; creio que podemos mudar o rumo da guerra.

IHU On-Line- Que repercussões teve a proposta?

Marie Ann Krahn- Conversei com pastores e padres. Ao mesmo tempo, meu pai, que foi um dos fundadores do Serviço Paz e Justiça (Serpaj) e integra o grupo Serviço de Paz e Resolução de Conflitos (Serpaz) de São Leopoldo, que também é ligado ao Serpaj, aderiu à idéia. Algumas pessoas tomaram a iniciativa de espalhá-la pela internet e através de programas de rádio. Hoje eu sei que municípios do RS, SP, SC e PR e na Alemanha estão levando a cabo essa iniciativa. Permanentemente, continuamos fazendo contatos com igrejas, escolas e empresas, para que nos municípios, onde já se aderiu ao protesto, se unam mais vozes a ele.

As igrejas, ONG's, rádios, instituições que desejam participar podem fazer contato com Marie Krahn por correio eletrônico malkra@est.com.br ou por telefone 51- 592-9249. É importante, para manter a força da campanha, saber quem está participando e o número de adeptos.

ESSO: FORNECEDORA DO EXÉRCITO AMERICANO. GREENPEACE PREGA O BOICOTE!

Um conjunto de associações e ONGs, entre as quais o Greenpeace, convidam os consumidores a não usar os postos Esso. Segundo estas associações, ganhou o direito de fornecer a gasolina e os lubrificantes para o exército, a marinha, a aviação norte-americana. “George W. Bush – acrescentem estas associações – decidiu atacar o Iraque sobretudo para garantir o controle das maiores reservas de petróleo do mundo depois das Arábia Saudita. A Esso será a companhia que mais que as outras se aproveitará da conquista do Iraque e dos seu poços petrolíferos, 25% dos quais eram de sua propriedade antes da guerra de 1991”. Esta notícia foi publicada no jornal italiano *La Stampa*, 19-2-03.

OS MUTANTES CÓDIGOS DA GUERRA

Paul Ricoeur, 90 anos, um dos mais importantes filósofos da segunda metade do século XX, publicou no jornal argentino *El Clarín* no dia 1-02-03 intitulado “Imaginar a paz ou sonhá-la?” Paul Ricoeur é professor na Sorbonne. Autor de inúmeros livros, dos quais citamos, como exemplo, *O Conflito das Interpretações*, Ed. Fco. Alves, 1977, e *Teoria da Interpretação*, 70 Ed., 1987. A tradução foi feita em parceria com o CEPAT, Curitiba.

IMAGINAR A PAZ OU SONHÁ-LA?

Paul Ricoeur, professor da Sorbonne e um dos filósofos mais importantes do século. *Clarín*, 01-02-03. Suplemento Cultura y Nación.

Se tivéssemos que designar uma forma verbal que distinguisse imaginar a paz de sonhá-la, eu a chamaria o modo optativo que indica o desejo da tranqüilidade, conforme a aceitação serena das diferenças ao nível do planeta Terra. Se a guerra deu um salto qualitativo com o terrorismo dos kamikazes, é porque fez surgir um inimigo não identificável com um Estado, não identificável em absoluto, que une o suicídio à morte indiscriminada e ignora as poucas normas do “direito da guerra” elaboradas no século passado.

Mas esta guerra de novo tipo de certo modo não fez mais que revelar, levando-os ao extremo, traços que chamarei de “deterioração” da guerra, presentes desde o fim das guerras napoleônicas. Conhecíamos um modelo de guerra, se não razoável, ao menos inteligível, que Carl von Clausewitz (1780-1831) erigiu em objeto científico em **Da Guerra** (São Paulo, Martins Fontes Editora), até que Gaston Bouthoul (1896-1980) criou o conceito de polemologia, que continua sem paralelo quanto a uma eventual “lógica da paz”: “A guerra é um duelo entre Estados, duelo que tem um começo (codificado em declaração de guerra) e um fim (significado pela vitória, pela derrota ou pela trégua)”. “A guerra é uma luta que pretende eliminar as forças armadas e as forças morais do inimigo” e “o objetivo da estratégia é chegar a essa destruição”,

acrescentemos. Mas se colocam limites importantes: não se exige aniquilar o inimigo enquanto Estado, Estado suscetível de firmar a paz e “defender os tratados”; do contrário a guerra não seria, como se afirma: “a continuação da política por outros meios”. É essa guerra, sem dúvida também racionalizada, mas aceita nessa versão, a que se deteriorou.

Era feita entre Estados-Nações identificáveis no conjunto das nações e acionava, em situações contingentes de excepcionalidade, a relação permanente entre amigo e inimigo. Essa é a guerra ainda inteligível que a Primeira Guerra Mundial contribuiu para desfigurar com o Tratado de Versalhes. Para dizer a verdade, nunca havia sido o único modelo de guerra. As cruzadas, transformando as peregrinações em marchas selvagens e impondo os precários Estados do Ocidente em terras do Oriente haviam criado um modelo de guerra que mesclava a política e a religião: pense-se ainda mais nas guerras de religião, liberadas em fronteiras confessionais não estatais e cujo desenlace foi precisamente o fortalecimento dos Estados nacionais capazes de liberar as guerras codificadas antes mencionadas; pense-se nas guerras coloniais que, enquanto guerras de libertação, apontaram para a instauração de Estados-Nações comparáveis aos de seus antigos senhores. Mas a guerra francamente se “deteriorou” na sua própria condução: mobilização geral que abolia a fronteira entre populações civis e forças armadas; extermínios em massa realizados por regimes totalitários; aniquilação não só das forças armadas, mas também dos Estados, reduzidos à capitulação incondicional.

Por outro lado, as lutas de classe, em sua fase violenta, aboliram a diferença, cara aos Antigos, entre a guerra externa, com seu justo direito, e a guerra interna, a insuportável guerra civil, que eles denominavam sedição.

Sobre este fundo, insistindo nas guerras de extermínio, nas guerras de libertação e de descolonização, surgiu a guerra do tipo inédito que mencionei no começo, a guerra da Al-Qaeda, a guerra terrorista, a guerra sem protagonista identificável com um Estado. Mas os fundamentos já estavam prontos para esta mutação graças às transformações que “deterioraram” a guerra. A conexão, inclusive suposta, da guerra terrorista com as guerras de libertação aumenta seu caráter ambíguo e sua força ideológica. Mas isso não é senão a metade do quadro: se ainda é preciso imaginar a paz, também é em razão de nossas decepções com as iniciativas coletivas e institucionais que apontam na direção de “manter a paz”, como se costuma dizer, em vez de instaurar a paz sobre bases justas. Certamente, estas iniciativas respeitáveis têm também uma longa história, o que confirma que a guerra e a paz não deixam de formar par.

Com as instituições internacionais do século XX, tentou tomar corpo uma “lógica da paz” frente a uma “lógica da guerra”, solidária com a idéia de defesa nacional, relativa à segurança pública, com seus aparelhos diplomáticos e militares. Esta lógica haveria de ser planetária, como o havia antecipado Kant (1723-1804) e como o impunham a geopolítica da guerra e a globalização. De fato, o fim da Guerra Fria e o desaparecimento de um inimigo identificado não modificaram a estrutura dos exércitos nem frearam a pesquisa e a fabricação de armas de destruição em massa. Por sua parte, a paz ficou à mercê de acordos bilaterais relacionados com a limitação das armas.

Todos guardamos na memória o fracasso da ex-Sociedade de Nações e somos testemunhas da incapacidade da ONU para presidir uma política mundial de prevenção de conflitos. A paralisia e, com freqüência, a

ineficácia das instituições que supostamente deveriam garantir a segurança no nível mundial, alimentam a decepção que multiplica a sensação difusa de insegurança incrementada no 11 de setembro de 2001. Como bem escreveu um autor qualificado, estamos retrocedendo da visão de “melhoramento” de nossas sociedades cidadãs sonhadas por John Locke, Wilhelm Gottfried Leibniz e Kant, à visão “pessimista” de Thomas Hobbes, para quem só o medo da morte pode engendrar medidas de sobrevivência. Precisamente nesta situação, dominada pelo instinto relativo à segurança pública ao nível dos povos e dos indivíduos, e favorecida pelas decepções que acompanham as medidas internacionais de “manutenção da paz”, devemos, na incapacidade de poder instaurá-la, imaginar a paz. Pois a paz, definitivamente, é mais do que a ausência da guerra ou a suspensão da guerra; é um bem positivo, um estado de felicidade, que consiste na ausência de temor, na tranqüilidade, aceitando as diferenças.

Deve-se imaginar o estado de paz como o oposto exato do medo da morte violenta, que suscita todas as formas de ataque antecipado. Esse estado de vida, que Agostinho (354-430) definia como “a tranqüilidade da ordem”, continua sendo o imaginário que espreita o estado de guerra propriamente dito, como o reconhece Hobbes no começo do **Leviatã**. Se tivesse que designar uma forma verbal que distinguisse imaginar a paz de sonhá-la, eu a chamaria o modo optativo que expressa o desejo da tranqüilidade, conforme a aceitação serena das diferenças ao nível do planeta Terra.

Análise de Conjuntura

ENTRE SÃO BERNARDO E A AVENIDA PAULISTA?

Reproduzimos na íntegra o artigo, com o título acima, de Francisco de Oliveira, um dos mais conceituados sociólogos brasileiros, publicado na *Folha de S. Paulo*, 29-12-02, às vésperas da posse de Lula. Chico Oliveira, como também é conhecido, é professor titular aposentado do Depto. de Sociologia da FFLCH-USP e coordenador científico do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH-USP. Entre suas inúmeras obras publicadas, destacamos *A Economia da dependência imperfeita*, Coleção: Biblioteca de Economia, Graal Editora, São Paulo, 1989 e *Os Direitos do Antivalor*, Coleção: Zero A Esquerda, Ed. Vozes, Petrópolis, 1998. Os subtítulos são nossos. Para uma análise do primeiro mês do governo Lula sugerimos conferir o boletim *CEPAT Informa*, no. 94, fevereiro 2003, intitulado ‘*Governo Lula. Moratória da Utopia?*’ p. 3-66,

“A avaliação de determinado período histórico somente deve ser feita pelo exame das configurações que tomam períodos que lhe sucedem, comparando-se invariabilidades e mudanças marcantes. Ainda que os contemporâneos não possam nomear com segurança a marca dos períodos, no calor da hora, enquanto

permanecem em ação os elementos definidores, devem tentá-lo, até porque isso faz parte da política.

Governo FHC – espantosa mediocridade

O que definirá, para o futuro, os dois mandatos de FHC na Presidência e mais, desde seu exercício como ministro da Fazenda de Itamar Franco? Terá havido uma ‘era FHC’, como os mais áulicos já trombeteavam desde os dias iniciais do primeiro mandato, pendurados apenas no fato de que chegava à Presidência um cientista social prestigiado nacional e internacionalmente? A honra de sermos governados por um Sartre, como declarou uma áulica do primeiro momento? Avaliações são de variada índole. A mais freqüente consiste no exame da performance econômica e das realizações materiais, o que não deixa de ser importante e talvez decisivo. Vista por esse ângulo, a surpresa da Presidência de FHC é que ela é de espantosa mediocridade. A Folha publicou nestes dias avaliações setoriais, das quais resultou a confirmação de que o período FHC não sobressai quando comparado a outros períodos presidenciais. Algumas ‘melhoras’ são menos o resultado de incisiva ação do governo que se finda e mais a projeção de tendências históricas de longo prazo. Como nos casos da saúde e da educação, por exemplo, especificamente com a queda da mortalidade infantil e da taxa de analfabetismo. Mesmo nesses casos, no período FHC não se acelerou a melhoria de seus indicadores; pelo contrário, procedimentos metodológicos que medem incrementos marginais dizem que houve desaceleração da melhoria.

O período de FHC - o pior na história republicana

Breve estudo de Reynaldo Gonçalves, professor titular de Economia Internacional da Universidade do Brasil-UFRJ, que circulou na internet meses atrás, estabeleceu um ranking dos principais indicadores econômicos, oficiais e usualmente utilizados, que mostrava a grande surpresa de, além de ser medíocre, o período FHC ter sido o pior na história republicana desde Prudente de Moraes. É quase inacreditável! Em indicadores como o da inflação, o governo FHC ganha de lavada de todos os outros, empatando com o de Campos Salles, com quem é freqüentemente comparado, sendo Pedro Malan seu Joaquim Murinho. Importante é ressaltar que Vargas também não se saiu nada mal no capítulo da estabilidade monetária, mas seu período histórico é justamente reconhecido como tendo colocado a questão social, com os direitos trabalhistas, no centro da nova dinâmica da economia e da sociedade brasileiras. Nos outros indicadores, crescimento total e per capita do PIB, vulnerabilidade externa medida pelo déficit da balança comercial, vulnerabilidade financeira medida pela dívida interna sobre o PIB e um indicador criado por Gonçalves, que ele chamou, quem sabe em irônica homenagem a FHC, de ‘índice de dependência’, que mede a distância do PIB brasileiro em relação ao dos EUA, o período FHC perde de goleada para outros. Para Vargas, a quem FHC queria varrer da história brasileira, e para JK, com quem queria ser comparado no segundo mandato, a derrota do período FHC é humilhante.

Produziu-se nos últimos anos um ‘não-retorno’

O reconhecimento futuro de uma ‘era FHC’ dependerá inicialmente do desempenho de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, desde já, há que reconhecer que FHC fincou uma estaca forte de não-retorno, que desde logo balizará os desempenhos de seus sucessores. Para além do desastre econômico que está à vista de todos, que ajudou a eleger alguém inteiramente imprevisível no esquema do Reich de 20 anos do sinistro Sérgio Motta, o que há de não-retorno é a consolidação, visto que este é um processo de ‘longue haleine’, de uma sociabilidade do êxito a qualquer preço, que, nas condições de miséria, se

transforma em violência - no grosso, a falência do Estado e, a granel, as gangues e a criminalidade soltas, que aliás são faces da mesma moeda, são o lado perverso e sinistro da modernidade que levou tanto tempo para ser hegemônica no Brasil. Uma espécie de 'revolução burguesa lúmpen'. A contrapelo da reconhecida pavonice do personagem, que gostaria de ser lembrado como o arauto de uma modernidade civilizadora.

Conseqüências do 'não-retorno'

Suas reformas - uma pirataria semântica -, a violenta privatização de poderosos recursos estatais, que abalou as bases da propriedade burguesa e instaurou uma nova luta no interior dos grandes grupos econômicos, liquidando de vez o espaço privativo de empresas e grupos tradicionais e desqualificando as oposições, no que foi ajudado pela violenta erosão do emprego formal, levou a uma implosão das regras de relações entre classes, interesses e política. José Serra é inegavelmente um mau ator, mas sua derrota deveu-se em parte à indeterminação da política que brotou dos oito anos de FHC, que o declarado oposicionismo de Lula e dos outros candidatos recolheu como cacos dispersos da implosão da política. O que explica que a porcentagem de votos do PT em 20 anos, que ficava sempre nos 30%, tenha saltado para o dobro no segundo turno? Os mais otimistas dirão que o país queria mudar. Mas em que direção? O não-retorno tem conseqüências sérias para o novo período que se abre. Em primeiro lugar, está o fato, visível, de que a política econômica do presidente Lula está grandemente determinada pela herança de FHC. Mas o mais importante é que seus opositores também estão imersos no mesmo 'ethos', o que dificulta enormemente a percepção de caminhos distintos dos de FHC. Ficou evidente a enorme similitude formal entre os programas de todos os candidatos, incluindo-se o governista Serra.

O Brasil que temos

No final, o que sobrou da indeterminação da política que resultou do turbilhão promovido por FHC, nas vagas da globalização? Ele descarta a permanência imediata de qualquer forma, vale dizer a coagulação de experiências a partir das quais se projeta o futuro. Essa não-forma está presente seja na flutuação diária do câmbio, seja na insegurança que faz o risco-Brasil dançar uma dança de São Guido, seja na ansiedade dos especuladores, seja na incapacidade dos movimentos sociais fixarem uma agenda de futuro que tenha por base o passado, mesmo que seja o imediatamente anterior, que torna as centrais sindicais quase irrelevantes para um programa de defesa dos direitos do trabalho. Que faz com que Porto Alegre esteja permanentemente a ouvir o relato dos milhares de experiências alternativas, sem que a soma delas possa constituir-se em contragenda unitária e global. A formação do governo Lula é caracteristicamente um tatear nas sombras da indeterminação da política. Como comprova a formação do ministério, tenta colocar em cada pasta um representante dos variados interesses, na ausência de uma hegemonia. Mas quem define esses interesses?

Governo Lula - entre a Avenida Paulista e São Bernardo

Até onde a biografia social dos indicados permite conclusões, os critérios de representatividade correm o risco de anacronismo, pois parecem basear-se no fato de pertencerem a setores econômicos, nas experiências anteriores em variados lugares da chamada sociedade civil. É um experimento novo: dificilmente se reconhece a formação de uma hegemonia pela agregação heterogênea de interesses, que não deve ser confundida com a agregação de interesses heterogêneos, pois estes o são sempre como resultado da pluralidade da sociedade. A formação da hegemonia se faz a partir de um centro irradiador, que

atrai outras forças e as integra ao projeto hegemônico. A formação do governo e das alianças de FHC teve este claro sinal: apesar de a imprensa ter proclamado anos seguidos que ele era refém de ACM, o que se dava era exatamente o contrário. O eixo que surge anunciado pela formação do governo Lula é o que sobrou da vasta indeterminação. Entre a avenida Paulista e São Bernardo: uma política econômica ortodoxa, para não dizer tucana, e uma política social petista, Palocci-Meirrelles e Fome Zero-Ministérios Sociais. Das experiências imediatamente anteriores, restaram a continuidade da política econômica, o que não é nada inovador, e uma difusa definição do social, que exclui o trabalho. Alguém poderia pensar que finalmente emerge a social-democracia no Brasil da soma do PSDB e do PT, uma espécie de ‘síntese Felipe Gonzalez’, único exemplo na história de uma transição em direção ao ‘welfare’ num país da periferia capitalista, ou da ‘semiperiferia’, como Boaventura de Sousa Santos qualifica o especial estatuto da Espanha e de Portugal no capitalismo contemporâneo. A FHC faltava o lastro sindicalista, que, aliás, se esmerou em detonar. A Lula sobra, com folga, esse aval. Mas, até onde declarações de formuladores da política de Lula podem identificar um programa, o que parece é que se pretende realizar o que FHC não conseguiu: 13º salário e férias sendo tratados como ‘penduricalhos’ vão na direção contrária do ‘welfare’. Na agenda da ‘transição’ em direção a um pós-neoliberalismo, o programa para o trabalho somente comparece no registro do neodesenvolvimentismo. E o programa para a seguridade social permanece em brumas, mas sendo sugerida uma versão suave do sistema de capitalização e a derrogação dos ‘privilégios’ do funcionalismo público. Comprou-se o discurso neoliberal ou ele já estava introjetado?

O governo Lula ultrapassa a ‘era FHC’ ou...

O programa que ficou conhecido como neoliberal e, entre nós, tucano, enquanto sociabilidade, menos que ideologia, está de corpo inteiro no par Palocci-Meirrelles, e até na definição do social, que não se apresenta como antagonista ao econômico, mas como sua correção. E nos conselhos que renomados articulistas vêm repetindo à exaustão: autonomia do Banco Central, corte nas despesas do governo, uso implacável da taxa de juros, ‘sensatez’ na negociação da Alca, eliminação de privilégios corporativos (leia-se derrogação dos direitos constitucionais do funcionalismo público). Pedem a Lula que ele se distinga de FHC levando a cabo o que ele não pôde fazer. Aliás, é notável como figuras geralmente tidas como racionais, imparciais e não-ideológicas, acham mesmo que FHC queria errar! Desaparece toda a objetividade e, em seu lugar, surgem análises e avaliações de um voluntarismo espantoso. O governo Lula ou ultrapassa a ‘era FHC’ ou estará definitivamente classificado dentro dela e, no futuro, historiadores e sociólogos reconhecerão um longo período de hegemonia neoliberal que englobará FHC e seus sucessores por um tempo que, hoje, ainda não é previsível.

O que precisamos para inaugurar uma nova ‘era’

Ultrapassar quer dizer estabelecer novas formas de propriedade social, redistribuir renda com um vigor e uma velocidade que não permita ao sistema adaptar-se e antecipar-se às transformações. A radicalidade estará em um programa que leve ao infinito a proposta de uma renda societal, para além das reengenharias do trabalho e do neodesenvolvimentismo, já que o velho e bom emprego formal não voltará. Ultrapassar quer dizer inscrever a miséria e a desigualdade definitivamente como obstáculos intransponíveis, em vez de acidentes de uma má política econômica, que somente poderão ser resolvidas pela reestruturação do sistema que as supere. Quaisquer outras ‘políticas sociais’ poderão ser apenas funcionalizações da pobreza. É preciso dizer isso em alto e

bom som. Programas como o Fome Zero não têm essa qualidade. Devem ser feitos, pois, como nos ensinou Betinho, a fome não espera por reformas estruturais. Mas o que alavancou decisivamente a Europa ocidental no pós-guerra foi a decidida implementação da seguridade social como ‘custo’ do sistema, que somente seria ultrapassado pelo aumento da produtividade do trabalho. O programa Fome Zero, ao ser financiado pelo Orçamento, não se inscreve como ‘custo’. É um bom começo, mas será insuficiente. Ultrapassar, por isso, significa colocar a fome como obstáculo, e não como piedosa contrição.

A agenda de Lula pede radicalidade

Ultrapassar quer dizer cruzar o umbral do socialismo, na edificação de uma sociabilidade anticompetitiva, de uma cultura universalizante da política. O socialismo só está escanteado do debate e da agenda quando pensado nas velhas fórmulas da aceleração das forças produtivas e da produção do proletariado. Mas se propõe por outros modos, que reinventam a herança clássica. O capitalismo contemporâneo, movido a ciência e tecnologia, tem se antecipado como os melhores zagueiros do futebol. É preciso desbordá-lo nos pontos em que ele não pode antecipar-se.

A agenda de Lula pede essa radicalidade. Que está no amplo movimento de contestação, na enorme expectativa que se formou, mesmo na boa vontade dos que se oferecem para colaborar. Falta tentar dar-lhe forma, e a única forma universal até agora conhecida é aquela que parte de políticas públicas estatais. A questão não é a de uma abstrata condenação do estatal, tipicamente liberal, mas de seu controle popular. Alguns que hoje aconselham Lula a evitar toda ‘tentação’ estatizante, que estigmatizam logo como ‘populista’, foram os que na ditadura exerceram com a maior implacabilidade a coerção estatal para forçar o crescimento econômico. ‘Nenhum escrúpulo, senhor presidente’, disse um deles com a concordância de todos os presentes, frase pronunciada em célebre e celerada reunião em que se decidiu pelo AI-5, confirmada outra vez pelos ‘arquivos implacáveis’ de Elio Gaspari⁽¹⁾. E ainda se diz que o Banco Central não faz crescimento econômico, quem o faz é o setor privado. Dá vontade de rir, mas o caso é de chorar!

Acontece

TRABALHO, RENDA E UNIVERSIDADE

Nos dias 19 e 20 de fevereiro, aconteceu em Brasília o Seminário Nacional: “*Geração de trabalho e renda: compromisso e ação das Universidades Brasileiras*”, promovido pela Unitrabalho, em conjunto com a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e Abruc (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Comunitárias). Representando a reitoria, estiveram no evento os professores Dáris Corbellini, coordenador do Setor Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU e Luiz Inácio Gaiger, Diretor de Pesquisa da Unisinos. Participaram do Seminário 30 reitores, 15 vice-reitores e/ou representantes e 15 Coordenadores de Núcleos da

¹.- A frase é de Jarbas Passarinho e se encontra relatada no livro *A ditadura escancarada*, vol 2 da coleção *As ilusões Armadas*, publicada pela Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

Unitrabalho. Os objetivos do encontro foram planejar coletivamente projetos de inclusão social para a sociedade brasileira, executando ações no contexto das Políticas Públicas a serem implementadas nos próximos anos. Foram apresentados para os Ministros Cristovam Buarque, da Educação e Jacques Wagner, do Trabalho o *Projeto Integrado de Inclusão Social: ação das Universidades/Rede Unitrabalho*, que está organizado em seis sub-projetos:

- 1) Empreender: Suporte à criação e consolidação de empreendimentos para o desenvolvimento sustentável e solidário;
- 2) Alfabetizar: Alfabetização de Jovens e Adultos articulada à geração de trabalho e renda promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário;
- 3) Recomeçar: Educação Básica de Jovens e Adultos articulada à geração de trabalho e renda promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário;
- 4) Avaliar: Construção de Metodologias e Sistemas de Monitoramento/Avaliação de Políticas Públicas de Inclusão Social;
- 5) Criar: Produção e difusão de Tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável e solidário
- 6) Saúde Do Trabalhador: Interiorização e monitoramento de ações para a saúde dos trabalhadores.

Ao término do seminário, foi proposto entre os presentes que caberá às universidades elaborarem projetos e enviarem à Unitrabalho. Esta, por sua vez, reorganiza-os e devolve às reitorias. A Unitrabalho, a Andifes e a Abruc devem apresentá-los aos Ministros da Educação e do Trabalho.

O Núcleo da Unitrabalho da Unisinos marcou reunião para a próxima terça-feira, às 14 horas, para discutir e planejar os sub-projetos.

UNISINOS E A CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2003

No dia 5 de março, acontece é o lançamento nacional da Campanha da Fraternidade de 2003, cujo tema é *A Fraternidade e As Pessoas Idosas* e que tem o seguinte lema: *Vida, Dignidade e Esperança*. A Unisinos, através da coordenação do IHU, está organizando uma série de atividades para ajudar na reflexão sobre o assunto. Desde o ano passado, uma equipe com representantes de todos os centros de ensino se encontram para definir a programação com atividades ao longo de todo o ano.

Cada Centro dedicará um mês para a promoção de atividades dentro do tema, mas com o enfoque direcionado para sua área. Serão proporcionados momentos de lazer, cultura e esporte à comunidade acadêmica e aos visitantes.

Já no mês de abril, o Centro de Ciências Humanas inicia as atividades com um ciclo de palestras, abordando o tema *Conceitos e pré-conceitos do envelhecimento*. O Centro de Ciências da Saúde está programando atividades com o tema *Qualidade de vida: envelhecimento saudável*. O Centro de Ciências da Comunicação ainda está em processo de definição da temática a ser trabalhada e o Centro de Ciências Jurídicas *Estatuto do idoso e a questão previdenciária*. Já o Centro de Ciências Econômicas tem suas atividades programadas a partir da abordagem *Gestão empreendedora na Terceira Idade*, enquanto o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas trabalhará sob a ótica *Habitação e Acessibilidade*.

Além da programação dos Centros de Ensino, a equipe responsável conta com a colaboração do Núcleo Temático da Terceira Idade – NUTTI, da Unisinos. Também está sendo dinamizada a idéia de apresentar uma peça teatral sobre o idoso numa edição do *Sempre às Terças* deste ano. Outras sugestões que estão sendo estudadas são: uma exposição de panos de parede, a participação de grupos de terceira idade na Copa Unisinos, a divulgação de depoimentos de idosos e a inclusão de um espaço permanente na Universidade para a terceira idade.

PASTORAL DA JUVENTUDE LATINO-AMERICANA

O Prof. Dr. Pe. Hilário Dick, do Setor Ética Cultura e Cidadania do IHU, foi assessor, do 14º Encontro Latino-Americano de Responsáveis Nacionais da Pastoral da Juventude, realizado em Quito, Equador, de 1 a 9 de fevereiro de 2003. Participaram do evento o Bispo responsável pela Pastoral da Juventude de cada país, o/a assessor/a nacional e dois jovens. Estiveram presentes delegados de 20 países da América Latina, com exceção do Haiti e Trinidad-Tobago, e dois delegados dos Estados Unidos. Também estiveram presentes o Cardeal de Quito e o Núncio Apostólico no Equador. O tema do encontro foi “a militância dentro do Processo de Educação na Fé”. O padroeiro do encontro foi o Bispo D. Leônidas Proaño, do Equador, que deu sua vida pelos índios. Todos os participantes receberam o *Documento de Trabalho* dos países, um informe sobre a situação dos jovens na América Latina. A delegação brasileira foi representada, além do Pe. Hilário, pelo secretário nacional, uma delegada de Belo Horizonte, duas assessoras nacionais, o Bispo D. Mauro Montangoli (de Ilhéus), uma delegada representando os Institutos e Centros de Juventude do Brasil e dois assessores de Liturgia pertencentes à Casa da Juventude de Goiânia. Segundo o Pe. Hilário, a militância, numa perspectiva cristã, coloca-se na dinâmica de um processo de educação e vivência.

Teologia Pública

Nesta edição *IHU On-Line* inicia uma nova editoria chamada Teologia Pública. Ela abordará assuntos relacionados com a Teologia na universidade, temas ético-teológicos, cristológicos, a relação fé-ciência, fé-cultura, fé-justiça, teologia espiritual, etc. Para uma melhor inteligência do conceito de ‘Teologia Pública’ confira o *IHU On-Line* nº 48 p. 13-15. Teologia Pública é também uma das três áreas de concentração do Instituto Humanitas Unisinos. Iniciamos esta nova editoria, tendo presente a questão da guerra e o anseio de paz, com um artigo do historiador italiano Alberto Melloni, no 40º aniversário da *Pacem in Terris*.

QUANDO A IGREJA DIZ NÃO À ‘GUERRA JUSTA’

Com o título acima, Alberto Melloni, publicou um artigo no jornal italiano *Il Corriere della Sera*, 18-2-03, refletindo sobre a posição contundente de João Paulo II na condenação à guerra dos EUA contra o Iraque e sobre a maciça presença dos movimentos e de grupos de base católicos nas manifestações pela paz no dia 15 de fevereiro de 2003.

Alberto Melloni é professor de história do cristianismo na Universidade de Roma e professor de história social e história contemporânea na Universidade de Modena – Reggio Emilia. É membro do conselho de redação da revista ‘*Cristianesimo nella storia*’ e da revista teológica internacional ‘*Concilium*’. Autor de numerosos livros entre os quais a edição do diário de João XXIII. O último livro publicado é *Il Conclave. Storia di una istituzione*, Bologna, 2001. Este livro já foi traduzido para o alemão, o espanhol, o francês. No Brasil ele foi

publicado pelas Ed. Paulinas, São Paulo, 2002, sob o título *Como se elege um Papa*. O artigo faz memória dos 40 anos da importante encíclica *Pacem in Terris*. A encíclica é da páscoa de 1963. Uma celebração deste aniversário será feita, oportunamente, pelo IHU.

“Nos últimos quarenta anos a Igreja realizou um êxodo da análise moral da guerra para o anúncio do evangelho da paz. Também a sociedade e a política mudaram a sua postura com relação a este tema. Mas na Igreja o êxodo foi mais doloroso, pois colocou em discussão as relações com a sociedade e a política. Mas sobretudo o êxodo incidiu sobre o modo de pensar o centro da fé, que é a pessoa de Jesus. Assim como sobre os outros temas (direitos humanos, a dignidade das mulheres, o repúdio do antisemitismo), também o êxodo para a paz, como alma do evangelho, se fez por etapas e lacerações. E fazer a memória deste êxodo ajuda a entender as posições da Igreja nos dias atuais e as interrogações que elas suscitam.

Pacem in Terris

No início deste êxodo está a *Pacem in Terris*, a encíclica de João XXIII de abril de 1963. Já antes a Igreja dissera palavras duras contra a guerra. Bento XV a cunhou como ‘uma tragédia inútil’ e depois Pio XII quando eclodiu a segunda guerra clamou: “tudo está perdido”. Até aqui, no entanto, o juízo moral era acompanhado por uma política de neutralidade. Mas no mundo do pós-guerra – após Hiroshima, depois da Shoa, da guerra fria e dos mísseis atômicos – o registro do juízo moral não era mais possível ser proposto pois ele se tornou pouco pertinente na sua capacidade de responder aos desafios da história.

Mas, então, que caminho tomar? João XXIII intui o modo de sair desse buraco escuro durante a crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962. Sob o abismo do apocalipse nuclear João XXIII não faz apelos em nome da moral, mas manda uma mensagem tanto a Kennedy quanto a Krushchev pedindo que escutem o anelo de paz dos homens e das mulheres. As superpotências se agarram a este apelo para se retirar de um jogo que estava para queimar milhões de vidas em poucas horas. E João XXIII compreende que aconteceu algo importante: acolhendo a proposta de seu auxiliar Mons. Pavan, ele escreve em poucos meses a encíclica sobre a paz que, novamente, hoje, se torna famosa.

Com a *Pacem in Terris* João XXIII subverte o modo habitual de pensar a guerra e a paz em três pontos-chave. Antes se sustentava que a verdade tinha mais direitos que as pessoas, e assim a Igreja lançara as bases das guerras de religião: por isso a encíclica afirma a dignidade inviolável da pessoa humana e de toda consciência. Quando a Igreja, anteriormente, condenava a guerra como um ‘castigo sangrento’ do pecado humano, ela se arriscava propondo-se como juiz distante da dor das vítimas chegando a apresentar a Deus como um vingador cruel das culpas dos seres humanos. A *Pacem in Terris*, pelo contrário, explica que nos dias de hoje há ‘sinais dos tempos’ essenciais que permitem que a Igreja compreenda o Evangelho na história onde o Cordeiro é a luz. Enfim, quando a Igreja tinha fixado os antigos parâmetros da guerra ‘justa’, ela percebeu que este conceito era totalmente sem sentido num mundo onde a técnica mudara radicalmente tudo: e assim a *Pacem in Terris* inovava e afirmava que na era nuclear era ‘loucura’ pensar na possibilidade de uma guerra como justa restauração do direito.

Prudência e profecia

O Concílio Vaticano II tomou em conta esta tríplice novidade e, em parte, a fez sua. Somente em parte, já que sobre a ‘abolição’ do conceito de guerra justa decidiu não citar João XXIII, que morreu em 1963. Dois anos depois na constituição *Gaudium et Spes*, o Concílio pronunciou, no entanto, uma

condenação solene – foi a única condenação solene do Vaticano II! – contra a ‘guerra total’... ‘crime contra Deus e contra a humanidade’ que golpeia os civis e as cidades. Para os bispos dos EUA (e também para o novo papa, Paulo VI, isto significava muito: ir além no sentido de deslegitimar a corrida armamentista nuclear teria colocado em perigo o mundo e isolado os católicos na sociedade americana. Para alguns comentaristas do Concílio Vaticano II, como por exemplo, Raniero La Valle, aquela omissão foi somente o primeiro sinal de restauração que era preciso denunciar e combater. Para alguns teólogos de ponta do Vaticano II era a prova de como a Igreja perdera a oportunidade histórica para confessar o “Cristo nossa paz” como algo absoluto e inegociável. O tema da paz permaneceu, deste modo, como um tema que divide e que separa, tanto na América do Norte de um Thomas Merton quanto na Europa de um La Pira. Estas vozes suscitaram grande entusiasmo na geração jovem mas, muitas vezes, foram marginalizadas e vistas como suspeitas dentro da Igreja. O episcopado e a própria Santa Sé optaram por uma posição cautelosa. Mesmo percebendo que avançava um antiamericanismo que não desagradava a uma cultura católica intransigente, a hierarquia eclesial não queria irritar os EUA num quadro internacional difícil onde a neutralidade emergia como premissa da mediação. E se um bispo ultrapassava este limite – como o fez o arcebispo de Bolonha, o cardeal Lercaro, que em 1968 condenou com as palavras do Concílio os bombardeios americanos sobre Hanói, capital do Vietnã do Norte – foi imediatamente removido da sua diocese como se tivesse violado uma lei não escrita. Tanto o pacifismo um pouco ingênuo que não teme ser usado propagandisticamente e quanto a prudente moderação acreditavam poder evadir o tema da paz com fórmulas circunstanciais. No entanto, ambas estavam isentas de responsabilidade sobretudo por causa de um dado de fato: no mundo bipolar a guerra e a paz dependiam *de* duas únicas pessoas: o presidente dos EUA e o secretário do Partido Comunista da União Soviética. Aos outros restava unicamente o espaço para opiniões, idéias, ideologias ou para o testemunho.

Assis e o “não” de João Paulo II

O Catecismo da Igreja católica, promulgado por João Paulo II em 1992, é a fotografia desta disputa e da sua reprodução no decorrer dos anos. Fala da paz como dom, mas não nega a legítima defesa: e assim pode ser usado por uns e por outros. Mas a Igreja não é um catecismo: as coisas impõem aos cristãos a necessidade de refletir sobre questões novas, como o fazem os bispos americanos em 1983 (com o documento de crítica ao incremento dos euromísseis) ou os episcopados europeus que são obrigados a se posicionar frente às guerras e os massacres nos Balcãs nos anos 1990.

Neste caminho João Paulo II – por sua função e por opção – assumiu um papel cada vez mais importante e incisivo. Desde 1986, quando convoca para Assis os chefes religiosos, manifestando que Deus, antes de ser blasfemado na guerra santa, fosse invocado por todos por Ele ter o dom da santa paz. Depois de 1989, João Paulo II explicou na *Centesimus Annus* que o comunismo caíra pela resistência ‘não violenta’ dos crentes. E, enfim, durante a guerra do Golfo, em 1991, mesmo enfrentando um dissenso dentro da Igreja, papa Wojtyla condenou a guerra caracterizando-a como um perigo fatal.

Naquele momento, como hoje, João Paulo II percebia que se alguém visse a guerra como uma cruzada contra o Islã, para o conjunto da Igreja (e não somente para as comunidades cristãs árabes) isto seria uma catástrofe: esta blasfêmia contra o Deus de Abraão e contra os filhos de Abraão teria conseqüências apocalípticas; e a conta seria apresentada, primeiramente às religiões, antes mesmo de ser apresentada à política. Sobre esta intuição papal se foi

progressivamente criando um consenso geral, tanto entre as igrejas quanto no catolicismo.

Há diferenças, hoje, entre aqueles que argumentam contra a guerra em termos de moral e aqueles que negam a teoria da guerra preventiva apoiados nos velhos parâmetros da legalidade; entre aqueles que misturam a esperança de paz com o utopismo do movimento 'no global' e os que buscam salvar a alteridade do Evangelho no confronto com os fundamentalismos inclusive os pacifistas. Mas são somente detalhes numa Igreja que deslocou a paz do âmbito da ética para o da fé.

Este foi o êxodo. Um êxodo que se deu a partir do aprendizado de saber ler os sinais dos tempos.

Há ainda contradições e muitas questões continuam sem resposta. Se estourar a guerra no Iraque, o Papa e os bispos dirão aos soldados cristãos de não obedecerem às ordens? No momento em que o escândalo do clero pedófilo embaraça os bispos americanos e se rompem as alianças daquilo que no século XX se chamava de 'Ocidente', como a Igreja será a voz daquele mundos pobres que somente no interior de um catolicismo verdadeiramente planetário terão os mesmos direitos dos ricos?

São questões difíceis que, no entanto, não obscurecem o fato de que o 'não' da Igreja à guerra é coral e consegue reunir milhões de discípulos anônimos. Isto porque a Igreja interpreta mais e melhor que a política a convicção de que a história de hoje não é a história de 1938, onde se exigia mais decisão contra o fascismo e o nazismo, mas a de 1962, onde um por um triz teriam sido queimados 1 bilhão e 200 milhões de nós seres humanos. E esta convicção frágil, mas cada vez mais majoritária, a Igreja despovoada do mundo secularizado a interpreta melhor do que as instituições democráticas do Ocidente em frangalhos”.

Destaques da Semana

A UNISINOS NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A Unisinos e o Instituto Humanitas Unisinos marcaram presença no II Fórum Mundial da Educação e no III Fórum Social Mundial com um estande Institucional e com a coordenação e organização de diversos seminários e oficinas. Situado no estacionamento do Ginásio Gigantinho, o estande constituiu-se num lugar de referência para estudantes, professores e funcionários que participaram no Fórum, além de ser o principal lugar de divulgação das atividades e projetos da Unisinos. Atividades divulgadas como o próximo *Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal*, que acontece de 20 a 22 de maio

deste ano e o III Congresso Internacional de Educação, que acontece de 2 a 5 de setembro de 2003, foram dois dos eventos mais procurados no estande. A distribuição de camisetas e bolsas da Unisinos e do Simpósio Internacional Água: bem público universal foram algumas das atrações do estande. O local também se constituiu em ponto de divulgação do boletim *IHU On-Line* que ganhou 750 novos leitores que, de diversas partes do mundo receberão a versão eletrônica do boletim. Ao longo das próximas edições abordaremos a presença da Universidade nas diversas oficinas e Seminários no III Fórum Social Mundial, assim como no II Fórum Mundial da Educação.

LIVRO DA SEMANA

Elio Gaspari , *A Ditadura Envergonhada. As Ilusões Armadas* v.1, 424 p.; *A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas* v. 2, 512 p., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Publicamos a resenha de Daniel Aarão Reis Filho, publicada na *Folha de S. Paulo*, 19-1-03. Daniel Aarão Reis Filho é professor de História na Universidade Federal Fluminense e autor de, entre outros, *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade* (Jorge Zahar).

A LONGA NOITE DA REPRESSÃO

“No começo, foi a queda de uma quartelada sem futuro e de uma tempestade de boatos, fez-se uma ditadura que iria durar, no cálculo mais modesto, quase 15 anos. O homem a abater era João Goulart e o regime que ele representava. Quando a noite cobriu o primeiro dia da rebelião, o exército dormiu janguista, mas, na manhã seguinte, haveria de acordar golpista ou, no jargão dos vitoriosos da época, "revolucionário" (Cordeiro de Farias).

Venceram o medo (da quebra da hierarquia e da disciplina, do comunismo, da baderna, da canalha) e as direitas. Perderam o vigor da retórica e a falta de convicções, as esquerdas. Lideradas por um presidente primitivo, um pobre de caráter (Celso Furtado). Não era propriamente um covarde, mas se habituara a contornar os caminhos da coragem (Gaspari). Seu governo não foi derrubado, desmanchou-se, a um custo de sete vidas, todas civis, nenhuma em combate. Um desmoroamento.

Em linguagem ágil e envolvente, com ironia impiedosa, Gaspari mostra a gênese da longa noite que então alvorecia. Ao contrário do que habitualmente se imagina, não houve ali o triunfo de articulações calculadas, mas da improvisação, uma frente social e politicamente heterogênea, acionada pela ousadia e pela decisão de uns quantos civis e militares, liderados por um chefe que se intitulava alegremente vaca fardada (Mourão Filho).

No entanto, no fundo do quadro, como pressuposto daquela vitória fulminante e daquela derrota desmoralizante, históricas, o apoio da sociedade aos vitoriosos, a força da teia que uma rebelião temerária tirara da clandestinidade. Esse apoio, às vezes fissurado, sobretudo na conjuntura de 1966-1968, manteve-se por muitos anos. Ao longo do tempo, entre a sociedade e a ditadura estabeleceu-se uma relação construtiva, embora complexa. Através de inúmeros flashes, não aprofundados, mas expressivos, e de um curto capítulo ("O Milagre e a Mordaça"), vão-se desvelando as pontas da energia submersa, qual imenso iceberg, que sustentou os militares no poder: no alto, a grande maioria da oficialidade das Forças Armadas, dos empresários e dos políticos, e mesmo grande parte da Igreja Católica, pelo menos até 1971. Embaixo, por sobre

eventuais murmúrios, a permanência de uma assombrosa indiferença (Herbert Daniel).

Gaspari propõe uma chave para compreender o doloroso fenômeno: a ditadura teria executado uma política de desmobilização e de desinstitucionalização da sociedade. Desestruturada, esta teria ficado inerte, incapaz de reagir. Mas ele próprio admite: "O silêncio e a tolerância que o governo Médici obteve foram maiores do que aqueles que a coerção direta poderia assegurar...". A verdade, lembra o autor, é que, "passados mais de 30 anos, o milagre brasileiro e os anos de chumbo continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro". Anos de chumbo, mas também anos de ouro. Enquanto não for possível encarar e estudar essa mistura com serenidade e rigor, a ditadura no Brasil continuará sendo um "cadáver no armário". Poucos, muito poucos, levantaram-se decididamente contra ela. De um lado, as organizações da esquerda armada de ilusões, mais do que de armas, com seus escassíssimos efetivos (algumas centenas de militantes, a grande maioria de jovens de menos de 25 anos). De outro, os que resistiram sem recorrer à violência: professores, advogados, eclesiásticos, políticos. Porém, como diria um deles, não havia nada a fazer. E, realmente, não havia (Pedroso Horta). Para quem quisesse lutar, efetivamente, só havia porta batendo na cara (José de Araújo Barreto).

A ditadura radicalizou-se com o tempo. Aprofundou-se. Escancarou-se. A prática da tortura, iniciada e denunciada ainda no governo Castelo Branco, este improvável liberal, cujo renome se deve mais ao horror que o sucedeu do que a suas próprias e escassas virtudes, foi se convertendo, pouco a pouco, em política de Estado. No processo, predominariam cada vez mais a truculência, a criminalidade e a "anarquia" da sinistra "comunidade de informações", derivando em delinquência, da qual seriam tipos emblemáticos o delegado Fleury e o capitão Ailton Guimarães, celebrados pelo regime. Uma gangrena.

A metáfora dos porões, empregada pelo autor, assombrando e atemorizando as gentes, sugere atividades ocultas, segredo. Será adequada? As evidências abundantes, relacionadas no texto de Gaspari, mostram, desde o início, a conciliação do regime com a tortura. Mais do que isso: a conivência. Ainda: o estímulo, a proteção, a racionalização (uma decorrência da política de segurança e um recurso funcional), o elogio, a condecoração. As torturas não eram produto da anarquia, mas derivavam de uma ordem, encarnavam a Ordem. Onde seria mais próprio figurá-las? Nos porões? Ou nas salas de estar -ou de reunião- onde se decidiam?

Na análise da esquerda armada, Gaspari desafia mais uma vez as teses correntes, mostrando à exaustão que seus militantes nunca foram "braço armado" da resistência democrática, mas partidários de uma revolução violenta cujo programa -e ambição- era fazer do Brasil um país socialista, um Cubão, na maneira jocosa do autor, o que não deixará de atrair a ira dos mais ortodoxos, que teimam em não reconhecer que "direitos humanos" e "democracia" só se converteram em valores para amplos setores das esquerdas (armados e desarmados) a partir da segunda metade dos anos 70 (e "encore"!). Problemática é uma certa tendência a apresentar, em muitos momentos, a esquerda armada como "equivalente", pela esquerda, dos chamados "porões", pela direita. Considerando a desproporção de forças e o fato de que um lado tinha o Estado do seu lado, trata-se de um exercício discutível, para dizer o menos.

Está assim proposta uma história política da ditadura, de 1964 a 1973, com ênfase nas elites e nas contra-elites, construída com base em arquivos ainda pouco explorados ou mesmo inéditos. Gaspari a terá redigido, "malgré lui-même", porque se propunha apenas a elaborar um preâmbulo da história de dois personagens que o interessam e que são protagonistas principais de uma outra

fase, a que se estende de 1974 a 1979: Geisel e Golbery, grandes responsáveis, segundo ele, pelo desmantelamento da ditadura que ajudaram a criar. Ainda faltam três volumes, mas o já feito é uma síntese exaustiva de tudo o que foi publicado, em diálogo constante com os autores e memorialistas que mais se destacaram na reflexão sobre o assunto. Uma narração polêmica, sempre irônica, saudavelmente obcecada com a informação, checada e verificada, na boa tradição de repórteres, detetives e historiadores. A partir de agora, um texto incontornável.

ENTREVISTAS DA SEMANA

IMPÉRIO E PAZ

Traduzimos e publicamos a entrevista de Massimo Cacciari ao jornal argentino *Clarín*, 22-2-03. Massimo Cacciari, filósofo italiano, autor de mais de vinte livros, atualmente é professor de estética na Universidade de Florença. Sua tese doutoral foi sobre Kant. Tem tido uma ativa participação política na Itália. Foi deputado nacional e prefeito de Veneza pelo Partido Democrático de Esquerda - PDS. É autor do livro *O Deus que dança*, originalmente publicado em italiano e traduzido para o francês e o espanhol.

Nesta entrevista faz uma instigadora reflexão sobre o significado da luta pela paz neste momento histórico.

”As bases filosóficas do pacifismo são muito diversas – diz Cacciari, do seu gabinete na Universidade de Florença. O principal problema é que o pacifismo não é uma filosofia, mas tem uma raiz ideológica. Todas as correntes da filosofia política tradicional pensaram na paz e buscaram noções sólidas. Mas todos os filósofos, desde os gregos clássicos até Maquiavel, desde Fichte até Hegel, reconheceram que, em determinadas situações, a guerra é um recurso básico da política e se apresenta, em determinadas situações, como inevitável. De fato, a arte da guerra é um componente básico da arte da política, à qual sempre esteve subordinada, um ingrediente implícito na idéia de política desde Platão. Ou seja, durante séculos a paz foi definida unicamente como um intervalo entre guerras, o momento da trégua, o armistício. A idéia iluminista da paz perpétua de I. Kant renova este argumento. Para Kant se trata de uma utopia, a meta última da política. Ninguém deles foi um pacifista absoluto. Inclusive Kant, no seu programa para a paz perpétua, na sua Constituição Federal do Mundo, prevê a possibilidade da guerra e sustenta que se deve combater por meios que não comprometam a amizade futura dos povos. Quer dizer, pontualiza que não se deve pôr em perigo os civis, que, depois do conflito, voltarão ser irmãos na federação que ele propõe.

Qual é a contribuição cristã para o pacifismo?

A influência do cristianismo foi crucial neste tema, já que seus pensadores introduziram a idéia de que a guerra é um mal, mas que se pode recorrer a ela por ‘razões de justiça’. É preciso ter presente que a idéia da ‘guerra justa’ apenas foi esboçada pelo mundo greco-romano. Em todos os autores cristãos, a guerra aparece sempre como um fato abjeto – Virgílio fala da *bellum nefandum*. A noção de guerra justa é, então, uma contribuição propriamente cristã. Não podemos dizer que Santo Agostinho fosse um pacifista. Desde cedo, cada filósofo estabelece quando, a seu critério, uma guerra torna-se se justa. A teologia franciscana, por exemplo, crê que uma guerra é justa quando é defensiva, enquanto para Tomás de Aquino inclusive a cruzada é justa, já que ela procura afirmar ‘a verdade’, expandir o campo da fé. Em todos os casos, no entanto, a guerra deve ser conduzida em termos humanos. Crianças, mulheres e anciãos são

as três categorias de cidadãos que devem ficar excluídos dos seus males, e este elemento de preservação está presente em todas as tradições, inclusive nas asiáticas. Também o *Corão* exclui a possibilidade do massacre de civis, de tal forma que as práticas terroristas são explicitamente contrárias ao *Corão*.

Num momento em que tanto o Ocidente quanto o Oriente Médio defendem esta idéia de raiz religiosa - já que o conceito de 'guerra justa' está presente na idéia de 'guerra preventiva' -, qual é a tradição para uma paz laica que podemos reivindicar?

A que mencionava antes, ou seja, a paz kantiana é laica. A idéia de uma paz perpétua se desenvolve nos séculos XVIII e XIX no iluminismo francês e depois em Fichte, isto é, no idealismo alemão. Sua base é o cosmopolitismo filantrópico. Por que a paz é possível? Porque todos os homens somos iguais: trata-se de um argumento antropológico. Kant pensa numa confederação livre, voluntária e irrevogável, enquanto os jacobinos, Rousseau e Saint-Simon, pensam numa federação mundial na qual cada estado mantém certa autonomia.

No século XX, o pacifismo quase não teve teóricos. De Sartre a Benjamin, de Hannah Arendt a Foucault, a filosofia refletiu sobre a luta e o conflito. A tradição marxista e a cultura de esquerda tiveram um franco desprezo pelo pacifismo: consideravam-no uma utopia pueril, um anelo individualista que não estava à altura do compromisso social. Ou seja, o pacifismo aparecia somente como uma prática excepcional.

É que não podia ser de outro modo. O século XX foi o século da ideologia e do conflito, a hegemonia absoluta da relação amigo-inimigo em todo o planeta. Inclusive aqueles que eram pacifistas na sua essência, como Hannah Arendt, tiveram que refletir sobre o modo de combater o nazismo, já que a prioridade era desarmar os ideólogos da guerra. O século XX é uma grande tragédia que é duro superar. O que vivemos hoje é o epílogo dessa grande tragédia que nos levou a um único vencedor sobre a terra. Mas é importantíssimo para a Europa e o mundo compreender que o importante não é ter vencido a guerra contra o comunismo. O importante é compreender que é preciso ganhar a paz. E isso é muito mais difícil.

O que o senhor quer dizer com isso?

Vencer a guerra é relativamente fácil. O maior desafio político continua sendo constituir a nova ordem imperial depois da vitória, isto é, ganhar a paz. É isso que está em jogo. Napoleão venceu todas as campanhas militares, mas não ganhou a paz: conseqüentemente não pôde constituir um império. Os maiores homens políticos lograram estabelecer uma paz duradoura nos seus novos domínios. Assim favoreceram a convivência e o florescimento dos intercâmbios. Pense no imperador Otaviano, em Carlos Magno, inclusive em Caracalla, que, no século III, concedeu a cidadania romana aos dominados egípcios, espanhóis, gauleses. O dramático do atual momento é que o governo dos EUA não se deu conta, não percebeu, que o que permanece em suspenso é como será a nova ordem depois da Terceira Guerra Mundial.

A que guerra se refere?

Refiro-me à guerra que foi ganha em 1989, quando caiu o muro. No meu entendimento, a guerra fria foi realmente uma guerra, a terceira. As duas primeiras guerras foram banais, se se quer falar assim, comparadas com a luta travada contra o campo socialista. Esta guerra pôs em jogo muito mais do que uma maquinaria bélica: ela implicou toda a inteligência, os recursos tecnológicos e impôs uma racionalidade econômica. E o grande vencedor que são os EUA, conseguirá ganhar a paz no seu império? Não o sabemos. A menos que constitua

uma nova ordem, o mundo tende a ser, contrariamente da utopia de Kant, um 11 de setembro perpétuo, ubíquo em toda a terra.

Qual é o papel da Europa, que tem a memória de outros impérios?

Fazer compreender ao vencedor da guerra a importância de encontrar uma paz estável, uma nova ordem. De fato, além das manifestações pacifistas, o elemento político mais alentador tem sido o claro alinhamento da Rússia com a França e a Alemanha, isto é, alinhar-se com um consenso europeu. A grande incógnita segue sendo a China. Veja, os verdadeiros impérios, os impérios exitosos, sempre foram multiétnicos e admitiram a diversidade cultural. O império romano era de uma tolerância surpreendente, não existia uma cultura religiosa de Estado. Os imperadores eram bilingües, todos eles escreviam em grego. Acabam de publicar, na Itália, os editos de Asoka, o imperador indiano do século III antes de Cristo (este imperador depois de conquistar o reino de Kalinga, no golfo de Bengala, teve um ímpeto de piedade e publicou um novo código jurídico que legislava sobre a convivência entre as raças e a tolerância de credo, entre outras leis ecumênicas). Todo império necessita da tolerância, para que seus grandes intelectuais possam prestigiá-lo, como Virgílio, um republicano favorável ao império. Foi precisamente a falta de abertura que fez cair o Terceiro Reich. A portentosa ignorância de Hitler o fez pensar que se pode fazer um império de um só povo! Um 'império nacionalista' é uma contradição em si mesmo (e o erro de Simone Weil, o único que cometeu, foi comparar Hitler com os imperadores romanos). Isso não permite constituir uma nova ordem e conduz a nação vencedora e todos os seus dominados ao desastre.

Uma outra surpresa destas novas expressões políticas, desde Seattle até o dia 15 de fevereiro, sábado passado, é a adesão da esquerda histórica – com ativistas dos anos 1960, como Adriano Sofri, Toni Negri e Rossana Rossanda – no apoio à paz.

Desculpe, mas é anacrônico continuar falando de cultura de esquerda, pois ninguém mais sabe o que isso significa hoje. Progressismo, esquerda, reacionarismo, devemos deixar estas categorias. Agora os filósofos devemos trabalhar idéias responsáveis que estejam à altura destes problemas, sem nenhuma nostalgia, sem o antinorteamericanismo risível da era de Vietnã, sem uma atitude antiglobal também patética. Devemos afrontar o problema de uma nova ordem global como o fizeram Kant e Fichte. Em suma, ir para além da globalização. Veja, o mundo era muito mais global quando eu era jovem. Aos vinte anos, eu peguei o meu passaporte e me fui de automóvel por toda a Europa. Sem nenhuma dificuldade, cheguei até o Egito, Turquia e Israel. Hoje um pensamento responsável e efetivo deverá ir além da globalização, ir mais rápido, ganhar a aposta. A esquerda atual, no entanto, está enferma de um antiamericanismo arcaico, é como ser anti-romano no século I.

O senhor não vê nenhuma continuidade com as marchas do pacifismo hippie, que rechaçavam a guerra do Vietnã?

As manifestações dos anos 1960 foram conduzidas pela esquerda histórica e elas, na verdade, não tinham muito de pacifismo. Elas não lutavam realmente contra a guerra do Vietnã, mas contra os EUA. A luta antiimperialista era a luta de classes. Precisamente a novidade é o pacifismo. Não vejo nenhuma relação entre a contracultura dos anos 1960 e os movimentos de Seattle. O componente ecológico e ambientalista estava completamente ausente nas marchas dos anos 1960.

Acredita que as novas tecnologias de vigilância e destruição massiva influem de um modo particular na criação do que alguns vêem como um consenso mundial inédito nas cidadanias?

Toda a política de hoje está não somente condicionada, mas subordinada à técnica. Todos os governos do planeta são julgados do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, na base de parâmetros técnico-econômicos. A opinião pública e o voto são determinados por esse fator.

Voltemos ao começo para concluir: o senhor menciona as idéias de Saint-Simon na origem da União Européia. O que significa a UE, quando a Europa nem sequer chega a um consenso político frente à Casa Branca, apesar dos milhões de imigrantes islâmicos que vivem em seu território?

Se não chegamos à guerra, sou otimista quanto à fundação de uma autêntica Europa unida. Seria um grande êxito, sobretudo da França e da Alemanha, que encabeçam a oposição à guerra, frear totalmente George Bush e Blair. Mas como você sabe, nem Aznar nem Berlusconi se opõem à intervenção dos EUA no Iraque e não podemos imaginar uma Europa da qual o Mediterrâneo fique excluído. Mas se se desencadeia a guerra, ainda que dure poucas semanas, tudo irá a pique. Pois criar-se-ão ressentimentos e suspeitas entre os governos europeus, a União Européia corre perigo. Cairá toda esperança e a perspectiva de um 11 de setembro perpétuo ensombrar a terra. Desejo ardorosamente a paz. Espero que os pacifistas do mundo sejam mais do que 110 milhões. Mas o pessimismo da razão, como dizia Gramsci, é grande.

MONARQUIA GLOBAL

Michael Hardt, professor de literatura na Universidade de Duke, co-autor com Antonio Negri do livro *Império*⁽²⁾, em entrevista publicada no jornal argentino *Clarín*, 22-2-03, explica a causa pela qual a guerra com o Iraque não convém às elites globais. Ele se refere ainda à disputa entre a Europa e os EUA onde, segundo ele, os modos de conceber a estrutura do poder planetário são diferentes: “uma monarquia global versus uma aristocracia global”.

Em dezembro de 2002, o senhor escreveu no jornal britânico *The Guardian* que as elites globais deveriam reconhecer que a guerra, e em geral o ‘imperialismo norte-americano’ (sic)⁽³⁾, não convém aos seus interesses. Por que não?

A partir de várias perspectivas a guerra vai contra os interesses das elites globais. No econômico, os líderes dos grandes negócios preferem que os fluxos permaneçam abertos e não sob o controle de um só país. O mesmo acontece com a segurança: é ilusório supor que a guerra trará a paz. As ações unilaterais somente exporão ainda mais as elites como alvo de possíveis ataques. Neste sentido é significativo que o *The New York Times* tenha se posicionado a favor

² .- Rio de Janeiro-São Paulo: Ed. Record, 2001. Para uma discussão do livro cf. *CEPAT Informa*, Multidão: Um novo sujeito revolucionário, no.89/setembro de 2002. A apresentação e debate do livro *Império* iniciará o novo evento promovido pelo IHU com o título *Abrindo o Livro*, dia 16 de abril de 2003, das 19h45min às 22h na Sala de Seminários 2 da Biblioteca, com apresentação do Prof. Dr. Inácio Neutzling. De Michael Hardt o IHU on-line publicou o artigo *Bandung 1955 e Porto Alegre 2002* no nº 48 p. 35-38.

³ .- Este ‘sic’ entre parênteses e a expressão “imperialismo norte-americano” denotam que o jornalista que entrevista M. Hardt percebeu uma contradição entre o que o entrevistado escreveu no livro *Império* e o que ele afirmara no artigo publicado no *The Guardian*. (Nota do IHU On-Line)

das mobilizações do dia 15 de fevereiro ao afirmar que as marchas mostraram que o mundo está dividido em dois ‘superpoderes’: os EUA e a opinião pública mundial. Isto para mim é sintoma de que se consolida uma oposição às políticas de Bush entre as próprias elites dos EUA. Por outro lado, pensando melhor, vi que não fui feliz quando comparei no artigo citado a administração Bush com o velho imperialismo. É melhor descrevê-lo como um segundo ‘golpe de estado’ dentro do sistema global.

O que significa um ‘golpe de estado ao sistema global’?

Vejo assim: Bush pai impulsionou uma espécie de golpe de estado com a sua idéia de uma ‘Nova Ordem Mundial’; isto produziu um reordenamento dos assuntos globais que posicionou os EUA como uma superpotência. Hoje temos um segundo golpe dentro do sistema global, uma espécie de Segundo Império, somente que em vez de um tio e um sobrinho, como no caso dos Bonaparte, se trata de um pai e um filho. Pensar em termos de sistema global pode nos ajudar a entender o conflito entre os EUA e a Europa; o conflito entre unilateralismo e multilateralismo. A Europa defende que a tomada de decisões tenha um caráter mais plural, enquanto que a administração Bush está numa posição de monarca, unilateral. Algo como a luta de uma monarquia global contra uma aristocracia global.

Com respeito a este ‘superpoder’ da opinião pública global de que falava o *New York Times*, custa imaginá-lo como uma identidade política homogênea. Contudo, quais são os interesses comuns que o constituem e que poder efetivo pode ter? O presidente Bush afirmou que para ele as marchas foram ‘irrelevantes’.

Certamente, falar de dois superpoderes não significa que sejam homólogos. Um é centralizado; o outro é bem mais disperso. Neste contexto especial, os grupos mais ativos sobre o tema da globalização se uniram, por exemplo, com pacifistas tradicionais e com Chirac e Schroeder. Temos assim uma aliança estranha de forças opostas à guerra: uma aliança temporária e específica. Isto não quer dizer que a opinião pública global não possa ter efeitos muito importantes em outros contextos, mas esta particular constelação está organizada somente em relação a esta questão: é essencialmente um enorme referendo sobre a política global de Bush.

Segundo os observadores, uma razão que mobilizou as pessoas foi a percepção de que a guerra aumentará o conflito no mundo. Por sua vez, a imprensa assinala duas tendências preocupantes que começaram a crescer: um ‘anti-americanismo’ fora dos EUA e um ‘anti-europeísmo’ no interior dos EUA. Como percebe esta situação?

Certamente, a estratégia da administração Bush – e dos EUA em geral – há tempo que vem provocando um certo anti-americanismo em algumas zonas do mundo. Também é certo que hoje se percebe um anti-europeísmo no governo e em certa imprensa dos EUA, o que é ridículo. Creio, no entanto, que ambos sentimentos confundem o fenômeno. São formas antiquadas de pensar os problemas de um mundo global; percebem o poder de um jeito velho como algo que é propriedade de um país ou de um povo. Por isto acredito que os movimentos ao redor do mundo da globalização, como os de Seattle, são muito mais avançados porque têm uma visão mais complexa e aberta sobre a trama do poder global; eles percebem o vínculo que conecta o governo dos EUA com o Banco Mundial, o FMI, o G8 etc. Eles vêm a rede, a trama do poder planetária e não apontam para uma localização meramente geográfica.

FRASES DA SEMANA

O Brasil e a Alca

“Os prejuízos podem ser incalculáveis” – Rubens Ricuperro, secretário-geral da UNCTAD, comentando as negociações da Alca – *Jornal do Brasil*, 16-2-03.

“O Brasil foi arrastado a uma situação de dependência que se consumará de vez se for levada adiante essa idéia esdrúxula de integrar este país à famosa ALCA. A ALCA é realmente o fim da soberania do Brasil e, se o Brasil perde a soberania, não tem mais política própria e, portanto, não tem mais destino próprio, será um juguete de forças maiores e, provavelmente, tenderá a se desmembrar. O que está em jogo é o futuro do Brasil” – Celso Furtado, economista, em entrevista à revista *Caros Amigos*, fevereiro 2003.

“A ALCA não pode ser boa, jamais, porque é uma renúncia à soberania. Você tem de partir disso, o mais é detalhe. Há quem retruque: “Não, mas isso pode ser disciplinado, pode ser regulamentado, pode ser evitada uma transformação brutal...” Tudo pode ser feito, mas nunca se afastando do princípio essencial da ALCA. E este significa o país renunciar a um sistema econômico próprio” - Celso Furtado, economista, em entrevista à revista *Caros Amigos*, fevereiro 2003.

O poder financeiro

“Os bancos registraram uma rentabilidade (lucro líquido sobre o patrimônio) média de 24,5% em 2002. Trata-se da maior taxa de lucro realizada pelo setor bancário durante os anos do governo FHC e, talvez, da história brasileira” – Editorial da *Folha de S. Paulo*, 18-2-03, intitulado “Lucros e Juros”.

“A cada dia do ano passado, o governo (União, estados e municípios) transferiu R\$ 312,268 milhões para os bancos e fundos de investimento” - *Análise de Conjuntura*, CNBB, Brasília, 19 de fevereiro de 2003.

“O programa *Fome Zero* custará R\$ 6 bilhões este ano, mas os juros da dívida pública consumiram R\$ 114 bilhões em 2002 (um crescimento de 32% em relação a 2001) e agora certamente aumentarão” – *Análise de Conjuntura*, CNBB, Brasília, 19 de fevereiro de 2003.

“O aumento de um ponto percentual nos juros representará gastos de mais 5 bilhões de reais na rolagem da dívida interna neste ano, quantia equivalente a quase três “Fome Zero”. Que mais precisa ser dito?” - César Benjamin é autor de *A opção brasileira* e integrante da coordenação nacional do Movimento Consulta Popular no artigo “Em Breve Saberemos” a ser publicado na revista *Caros Amigos* de março 2003.

“Os gastos com juros foram mais do dobro do superávit primário (R\$ 52,4 bilhões) e o setor público fechou 2002 com um rombo de R\$ 61,6 bilhões. Fernando Henrique ainda deixou como herança a dívida bruta de R\$ 1,132 trilhão. A meta de superávit primário para 2003 é 4,25% do PIB (R\$ 68 bi), e certamente não será sequer a metade do pagamento de juros no ano” - *Análise de Conjuntura*, CNBB, Brasília, 19 de fevereiro de 2003.

Autonomia do Banco Central

“Dar autonomia ao Banco Central é como dizer que a eleição do Lula não teve nenhuma importância” - Francisco de Oliveira, sociólogo, em aula magna proferida na USP, *Folha de S. Paulo*, 19-2-03.

FMI e Foucault

“Não creio que seja possível ao mesmo tempo seguir com os acordos com o FMI e com os pagamentos da dívida pública externa e ao mesmo tempo encontrar como financiar a satisfação das demandas sociais. São coisas antagônicas” – Eric Toussaint, historiador e economista belga em entrevista ao jornal *Valor Econômico* 27-1-03.

"O FMI é um saber foucaultiano. Ele enquadra os governos nacionais, recomendando superávits que são dictats. Suas missões são o guarda penitenciário que reiteradamente dá uma olhada no prisioneiro. Este mantém suas contas prontas para mostrar ao gendarme que volta, mas essa volta é até dispensável" - Francisco de Oliveira, sociólogo, em aula magna proferida na USP, *Folha de S. Paulo*, 19-2-03.

A hegemonia do Econômico sobre a sociedade

“O problema brasileiro não é econômico. Se fosse, você ficaria amarrado para resolver o problema a partir do Banco Central. O problema é social, você deve partir da mobilização das forças sociais, da identificação dos problemas que afligem a população, em primeiro lugar o sofrimento enorme desses milhões de pessoas que passam fome” – Celso Furtado, economista, em entrevista à revista *Caros Amigos*, fevereiro 2003.

“Estamos caminhando para o sistema liberal socialista. Temos de ser liberais na economia e sociais nas prioridades” – Cristovam Buarque, ministro da educação em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, 8-02-03.

“Somos uma nação, e não um aglomerado de consumidores” - Francisco de Oliveira, sociólogo, em aula magna proferida na USP, *Folha de S. Paulo*, 19-2-03.

Lógica da guerra, nunca

“Nunca, nunca, nunca o futuro da humanidade pode ser assegurado pelo terrorismo e pela lógica da guerra” – João Paulo II no ‘Angelus’ em que anunciou um jejum pela paz no dia 5 de março de 2003 – *Il Corriere della Sera* 24-2-03.

FILME DA SEMANA

O Filme da semana é *Ônibus 174* de José Padilha. Reproduzimos um artigo de Neusa Barbosa sobre o filme e uma entrevista com o diretor, realizada por ela mesma e ambas publicadas no site da Cineweb: <http://www.cineweb.com.br>
Nome original: *Ônibus 174* - Realizado em: 2002 - Gênero: Documentário -
Duração: 128 min.
Direção: José Padilha

“Difícil imaginar um filme de terror mais apavorante. Nem há roteirista qualquer do mundo, por mais delirante que seja, que pudesse inventar uma história tão absurda, cruel, dolorosa e tragicamente humana, nem tão poderosa síntese social e política do Brasil, do que o enredo deste documentário, infelizmente verdadeiro em seus mínimos detalhes.

Mais uma vez a realidade superou de longe a ficção, a primeira atravessando a segunda de ponta a ponta, como um afiado punhal. É com essa sensação de lâmina espetada no peito que se assiste a este filme, que reconstrói a trajetória de Sandro do Nascimento - o seqüestrador do ônibus 174, que em 12 de junho de 2000 manteve vários passageiros sob a mira de um revólver durante horas, paralisando o Rio de Janeiro. Um drama que manteve o Brasil todo de respiração suspensa, com a TV transmitindo tudo ao vivo, e que culminou com a morte de uma das reféns, Geísa Gonçalves - com tiros disparados por Sandro -, e do seqüestrador, sufocado na viatura depois de rendido, pelos policiais que o prenderam e se deram o direito de fazer justiça com as próprias mãos.

Mais do que um filme, Ônibus 174 é um verdadeiro manual de funcionamento da questão social brasileira, em que emerge o perfil de Sandro do Nascimento - um sobrevivente da chacina dos meninos da Igreja da Candelária, também no Rio, em 1993 - bem como uma vigorosa reconstituição do próprio seqüestro, a partir de cinco horas de imagens captadas ao vivo por emissoras de televisão, entrevistas com familiares, amigos e parentes de Sandro, de algumas das reféns, e do viúvo da vítima Geísa, bem como de policiais que participaram da operação (um deles incógnito, de máscara, porque o batalhão a que pertence, o BOPE, proibiu as entrevistas de seus funcionários durante o governo de Anthony Garotinho).

Desse minucioso trabalho de reportagem, surgem também detalhes desconhecidos - como o fato de que o seqüestrador não era um menor abandonado. Sua mãe, Clarice, era uma pequena comerciante de São Gonçalo, assassinada diante dos olhos do menino Sandro, que tinha na época 9 anos de idade. Uma cena que o traumatizou e esteve por trás de sua atitude de abandonar a família, tempos depois. A partir daí, Sandro ganhou as ruas e nunca mais encontrou um eixo. Caiu no crime, em instituições de menores, passou pela cadeia, fugiu, tentou, desistiu e finalmente abraçou o caminho da violência.

Uma qualidade do diretor é nunca psicologizar demais o relato, não esquecendo de buscar um equilíbrio inserindo, também, aspectos como as deficiências técnicas dos policiais que participavam da negociação com o seqüestrador e a interferência de autoridades que não estavam no local - como o secretário da segurança e o governador Garotinho.

Um dos depoimentos mais impressionantes é de um "assaltante profissional" - cujo rosto é escondido por uma máscara -, clone assustador do que o próprio Sandro parece ter se tornado nos últimos tempos de sua vida. Esse assaltante, que conheceu Sandro, fala friamente do episódio do seqüestro, analisando-o de seu ponto de vista de bandido assumido - dizendo que o seqüestrador morto errou ao não ter, por exemplo, comprado uma granada, "que na favela é barato". Mais arrepiante é seu comentário, também sem trair nenhuma culpa, de que, quando o assaltado não tem dinheiro, ele joga álcool e queima a vítima. Que tipo de sociedade está gerando esses monstros? O medo que os cidadãos comuns sentem deles precisa ser enfrentado com informação genuína sobre seu processo de formação - coisa que este filme fornece com fartura e é o ponto de partida para uma reflexão sobre como evitar que tudo isso se repita.

Cineweb-6/12/2002



SIMPÓSIO INTERNACIONAL ÁGUA: BEM PÚBLICO UNIVERSAL

De 20 a 22 de maio, acontece no Anfiteatro Pe. Werner, na Unisinos, o Simpósio Internacional *Água: Bem Público Universal*. O evento tem diversos objetivos: desde uma descrição científica da realidade dos recursos hídricos no mundo e, especialmente, no Cone Sul da América Latina, até a discussão do acesso aos recursos hídricos como um direito humano fundamental, a partir da luta dos movimentos sociais. Além disso, o Simpósio se propõe, também, a analisar as dimensões antropológicas e místico-religiosas da água, a partir das grandes tradições religiosas da humanidade, aprofundar o conceito de bem público universal como princípio e instrumento operacional concreto capaz de discutir eticamente o acesso à água e, finalmente, apontar saídas para um consumo mais racional da água. O Instituto Humanitas Unisinos e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos em cooperação com a Universidade do Bem Comum – UCB são os promotores do evento. Maiores informações e programação completa no site <http://www.humanas.unisinos.br/simposio/agua/index.htm>

IHU IDÉIAS

Confira a programação do IHU Idéias do mês de março. Lembramos que o evento acontece nas quintas-feiras das 17h30min às 19h, na sala 1C103. No final do evento, como já é tradição, é servido café, água e suco de laranja.

- 06/03/03 – Apresentação do tema: “História da participação das mulheres: desafios e impasses” – Profa. Dra. Edla Eggert e Profa. MS. Clair Ribeiro Ziebell
- 13/03/03 – Apresentação do tema: “A teoria da justiça: John Rawls, o filósofo social e político” - Prof. Dr. José Nedel
- 20/03/03 – Apresentação da tema: "O programa *Linha Direta*: a sociedade segundo a Rede Globo" - Jornalista Sonia Montañó
- 27/03/03 – Apresentação do tema: "Ernani Maria Fiori: a educação popular a partir de um filósofo gaúcho" - Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer

ABRINDO O LIVRO

Ao longo de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo o evento *Abrindo o livro*. Trata-se de encontros mensais nos quais serão apresentados livros estrangeiros, de difícil acesso, que ajudem a iniciar discussões sobre grandes temas da vida social. O primeiro livro a ser discutido será *Império* de Michael

Hardt e Antonio Negri, no dia 16 de abril de 2003, das 19h45min à 22h, na Sala de Seminários 2 da Biblioteca, com apresentação do Prof. Dr. Inácio Neutzling, coordenador do Instituto Humanitas Unisinos.

ÉTICA, RELIGIÃO E PÓS-MODERNIDADE

O Instituto Humanitas Unisinos, em parceria com o Centro de Espiritualidade Cristo Rei (Cecrei), estará promovendo o *Ciclo de Estudos Ética, Religião e Pós-Modernidade*. O evento abordará temas, como as grandes rupturas da crise civilizacional contemporânea; os desafios para a construção de uma sociedade sustentável; Bíblia e Sociedade Sustentável; a reinvenção da Teologia da Criação; desafios da Ética Ecológica e Cristianismo e Sociedade Sustentável. O evento será realizado em módulos, durante alguns finais de semana, no período de 14 de março a 21 de setembro de 2003.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

O Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo, de abril a outubro de 2003, o *Ciclo de Estudos* sobre o Brasil. No evento, serão abordados textos clássicos de autores como Gilberto Freire, **Casa Grande e Senzala**; Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**; Caio Prado Junior, **Formação do Brasil Contemporâneo**; Florestan Fernandes, **A Formação Burguesa no Brasil**; Celso Furtado, **A Formação Econômica do Brasil**; e Euclides da Cunha, **Os Sertões**. Uma programação audiovisual e musical acompanhará todo o ciclo de estudos. O evento iniciará no mês de abril. Maiores informações na secretaria do IHU, telefone (51) 590.8223 ou (51)591.1122 ramais 1171, 1173 ou 1195.



E a entrevistada relâmpago desta edição é...



Sílvia Costa Dutra

Origens - Sílvia Costa Dutra, diretora do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, é natural de Palmares do Sul, onde morou até os 14 anos. Terceira de seis irmãos, mudou-se para Porto Alegre, junto com a família, para continuar os estudos. Diretora do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas desde 1994, Sílvia escolhe o *magis* como filosofia de vida, procurando sempre mais, porém contente com aquilo que é.

Formação - Fiz vestibular na UFRGS para Engenharia Civil e me formei em 1977, logo depois fiz o mestrado em Engenharia Civil, em estruturas. Nunca tinha pensado em ser professora. Na época em que fiz mestrado, alguns professores da UFRGS lecionavam na Unisinos e fiquei sabendo que estavam precisando de

professores para os cursos de Engenharia. Comecei a trabalhar aqui e também na PUCRS onde me convidaram, mas depois optei pela Unisinos. Em 94, assumi a direção de centro e estou no segundo mandato.

Família – Estou casada há 25 anos com Roberto Hirtz Dutra. Temos duas filhas Camila, 22, que se forma em julho em Engenharia de Alimentos e Carolina, 19, que estuda Arquitetura, ambas aqui na Unisinos.

Autor- Érico Veríssimo. Como sou filha de fazendeiros, me identifico muito com ele. Vejo-me na história que ele conta.

Livro- Para mim, o livro por excelência, é a Bíblia. Ele sempre me dá respostas.

Presente- Flores. Na realidade, tudo o que vê aqui (assinala diversos objetos que enfeitam a sala) são presentes que os professores me trouxeram de diferentes viagens. Gosto de ser lembrada.

Unisinos- Um desafio constante. Sou apaixonada pela Unisinos. É uma universidade ímpar.

IHU- Uma grande idéia que está conseguindo fazer um grande trabalho. Está tendo uma penetração boa nos diversos centros e áreas. Uma proposta muito clara, que está conseguindo entrar na Universidade.

Filme- A sociedade dos poetas mortos, de Peter Weir.

Brasil- Com problemas sociais muito sérios, mas com muita esperança

Alegrias- O convívio diário com as pessoas, conhecê-las e conviver com elas.

Preocupações- Em termos gerais, as diferenças sociais e aqui na Universidade a falta de compreensão e diálogo. Acho que, muitas vezes, não aproveitamos o potencial de cada um por falta de entendimento entre as pessoas.

Sonho- Fazer doutorado em algum tema que me encante.

Comunicações da Coordenação

POVOS INDÍGENAS EM ÁREAS URBANAS

No dia 17 de fevereiro, o Prof. Dr. Inácio Neutzling, coordenador do IHU, juntamente com o Prof. Dr. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos, reuniu-se com a Dra. Carolina da Silveira Medeiros, Procuradora da República em São Leopoldo, com a Dra. Carmen Bessel, Procuradora da República em Santa Maria e com o Dr. Marcelo Beckhausen, Procurador da República em Porto Alegre e atualmente exercendo a função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão. Na reunião, refletiu-se sobre a presença indígena no meio urbano, especificamente em São Leopoldo. Participou também

da reunião, a convite do coordenador do IHU, a Profa. Dra. Paula Caleffi, articuladora do grupo temático Povos Indígenas do Setor Ética, Cultura e Cidadania do IHU.

TELMO ADAMS, BEM VINDO!

Desde o dia 17 de fevereiro, está trabalhando no IHU Telmo Adams, que desenvolverá atividades no Setor II - Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade. Telmo é mestre em Serviço Social, técnico em estatística, licenciado em Filosofia pela Unisinos, tendo feito o noviciado na Companhia de Jesus. Também é especialista em Pastoral Popular e em Cooperativismo. Já foi auxiliar de pesquisa no extinto Cedope – Centro de Documentação e Pesquisa – da Unisinos, coordenador da Pastoral Social da Diocese de Novo Hamburgo, coordenador executivo da Cáritas Brasileira – Regional do Rio Grande do Sul e secretário regional do Rio Grande do Sul da Cáritas Brasileira.

PROF. ANDRÉ CUNHA SE DESPEDE

No dia 18 de fevereiro, a coordenação do IHU recebeu a visita do Prof. Dr. André Cunha que comunicou as novas atividades que passará a exercer na UFRGS. O Prof. André Cunha participava ativamente da organização do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em parceria com o Centro de Ciências Econômicas, o Centro de Ciências Humanas e o Centro de Ciências da Comunicação.

SETOR DE COMUNICAÇÃO

No dia 19 de fevereiro, a coordenação do IHU esteve reunida com o setor de comunicação do IHU composto pela jornalista Sonia Montañó, por Graziela Wolfart, estudante de jornalismo, Elena Pastorino, engenheira agrônoma e pela professora Mardilê Friedrich Fabre. Na reunião, foi elaborado o planejamento das atividades do primeiro semestre de 2003.

SECRETARIA DO IHU

No dia 19 de fevereiro, a secretaria executiva do Instituto reuniu-se com a coordenação do IHU para elaborar o plano de atividades de 2003. A secretaria é composta por Maria Aparecida de Jesus Valadão, Rejane Machado da Silva, Caren Joana Sbabó e Mari Luci de Oliveira sob a coordenação da professora Vera Regina Schmitz, coordenadora adjunta do IHU.

POLÍTICAS SOCIAIS

No dia 20 de fevereiro, o Prof. Dr. Inácio Neutzling, coordenador do IHU e professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos, proferiu uma palestra sobre Políticas Sociais na Atual Conjuntura Brasileira no Encontro dos Coordenadores das Obras Sociais Salesianas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre-RS.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

No dia 20 de fevereiro, a coordenação do IHU esteve reunida com a Profa. Dra. Berenice Corsetti, vice-diretora do Centro de Ciências Humanas e com o prof. Fabrício Silveira, do Centro de Ciências da Comunicação para concluir a formatação do Ciclo de Estudos sobre o Brasil. O evento inicia no mês de abril. É uma promoção do IHU em parceria com o Centro de Ciências Humanas, o Centro de Ciências da Comunicação e o Centro de Ciências Econômicas.

PROF. DANILO STRECK

Recebemos e agradecemos o livro *Educação para um novo contrato social*, de autoria de Prof. Dr. Danilo Streck, professor, pesquisador e coordenador do PPG em Educação do Centro de Ciências Humanas da Unisinos. O livro foi publicado pela Editora Vozes este ano.

BOAS VINDAS!

Desejamos boas vindas ao Prof. Dr. José Odelso Schneider, do Setor Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, que retornou depois de um semestre de atividades em Roma, na Itália. Aproveitamos e saudamos nossa colega Mari Luci de Oliveira, secretária do IHU, que voltou na semana passada da licença maternidade. Sejam bem-vindos!

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO IHU

A partir do mês de março, o horário de funcionamento irá mudar. Será das 8h às 20h. Fiquem atentos e atentas!

Interativo

Cartas do leitor

Prezados amigos

Sempre recebo com prazer o informativo bastante completo e rico. Estou agora lançando meu livro, "A utopia surgindo no meio de nós". Houve um prelançamento no FSM. O livro está sendo distribuído aí no sul pela AGE edit. e distr. e pela LMC (Riachuelo 1273). Deve estar também nas Paulinas e na Vozes. Mando em anexo o prefácio do Leonardo e seguirá logo um press release. O Leandro Konder, no JB de sábado 8, Caderno B, cita um parágrafo. Estou preparando outro livro, possivelmente pela Paulus, com o título provisório de " Do Vaticano II a um novo Concílio". Ficaria feliz de estar no informativo de vocês como julgarem mais oportuno.

Um abraço

Luiz Alberto Gómez de Souza

Luiz Alberto Gómez de Souza, diretor do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), graduado em Direito (PUCRS, Porto Alegre), pós-graduado em Ciência Política (Flacso, Chile) e doutor em Sociologia (Universidade de Paris, Sorbonne Nouvelle). Funcionário das Nações Unidas (FAO CEPAL), pesquisador do Centro João XXIII - Ibrades e professor na PUC-RJ, IUPERJ, UERJ e UFRJ, está lançando o livro A utopia surgindo no meio de nós. O autor foi entrevistado por IHU On-Line na edição nº 46, de 9 de dezembro de 2002, em reportagem sobre Ivan Illich e na edição de nº 19, de 27 de maio de 2002, deu um depoimento sobre o Pe. Henrique de Lima Vaz.

O livro é fruto de anos de experiências em movimentos sociais, na universidade como professor de Ciência Política e Sociologia da Religião e de viagens pelo exterior e pelo Brasil que o Brasil

desconhece. O lançamento aconteceu no dia 18 de fevereiro, às 19h, no Museu da República, na rua do Catete, 153.

“O livro é um esforço para ver esta utopia já em curso na nossa sociedade. Sinto que a relação da sociedade com o Estado mudou. O Estado passa a ser um parceiro”, afirma o autor. Considerado por Leonardo Boff – que assina o prefácio - como herdeiro intelectual de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, e continuador “da herança “imorredoura de Betinho”, Luiz Alberto destaca na obra que os fóruns sociais mundiais, a eleição de um operário para a presidência e tantos outros fatos indicam não apenas que um outro mundo é possível, mas mais do que isso: que “o outro mundo, o sonho, a utopia está aí, particularmente no Brasil”.

Prezado Professor Inácio:

Gostaria de agradecer o apoio do Instituto Humanitas Unisinos, e seu em particular, ao seminário "Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: pulsar e pensar ações", que realizamos no Fórum Social Mundial. O evento contou com um grande público e repercutiu muito bem, pela presença de importantes pesquisadores, em especial o Prof. Dr. Armand Mattelart, uma das grandes e históricas referências internacionais da área de Comunicação. Agora pretendemos editar um livro, com os textos apresentados, para o qual pretendemos seguir com o apoio do Instituto Humanitas Unisinos.

Por outro lado, estou à sua disposição para futuramente desenvolver a palestra sobre Economia Política da Comunicação, no Instituto Humanitas, como falamos em nosso últimos encontro. Será um prazer seguir atuando com o Instituto, colaborando em outras iniciativas.

Muito obrigado.

O meu abraço.

Prof. Valério Cruz Brittos – Professor do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos.

Sala de leitura



"Em geral, leio mais de um livro ao mesmo tempo. A alternância de leituras responde a diferentes momentos, estado de espírito ou situações propícias para leitura. Estou lendo o livro *Baudolino*, de Umberto Eco. Rio de Janeiro, Editora Record, 200 páginas. Este romance expressa o gosto do autor pelas pesquisas de História Medieval que permeiam sua trama ficcional. Baudolino é um adorável mentiroso cujos relatos e peripécias constituem-se na própria história. Teórico inveterado, mais uma vez o pano de fundo é uma questão teórica, ou seja, as complexas relações entre linguagem, ficção e realidade. Acompanho, também, a passos mais lentos as páginas consistentes de Marilena Chaui, em *A nervura do real*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. Leio Marilena com prazer entre outras razões, porque faz da filosofia a meditação da vida feliz, feliz pela capacidade de o corpo e o espírito serem capazes de *viver a multiplicidade simultânea de afetos e idéias*".

Profa. Dra. Ione Bentz, doutora e pós-doutora em Linguística e diretora do Centro de Ciências da Comunicação.



“Li ultimamente, além do assunto específico de aulas, um livreto que me chamou a atenção. O título é *Dias e noites do coração*. Milão, Editora Diálogo, 2002, 80 páginas. É do Cardeal Carlo Maria Martini, que, quando arcebispo de Milão, entre tantos outros, publicou em forma de livrinho, temas de suas frequentes conferências. Pelos títulos dos 5 capítulos pode depreender-se a riqueza do conteúdo que ele trabalhava, sobretudo, com um público jovem: 1. A noite dos sentimentos; 2. A noite da fé; 3. A consolação da mente; 4. A consolação do coração; 5. A consolação da vida”.

Prof. Pe. José Odelso Schneider, doutor em Ciências Sociais, professor do Grupo Temático Cooperativismo do Setor II do Instituto Humanitas Unisinos.



"Leio atualmente *Muitas vidas, muitos mestres*, de Brian L. Weiss, M.D. Editora Sextante, 190 páginas, 1998. No livro, um psiquiatra relata o tratamento realizado com uma paciente, no qual usou a hipnose para ajudá-la a superar suas fobias e ataques de ansiedade".

Profa. Maisa Beltrame Pedroso, coordenadora do curso de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde.

O Meu Clássico



O Meu Clássico é uma nova editoria que trará o autor de cabeça dos membros da comunidade universitária. A cada semana algum professor ou professora da Unisinos falará sobre seu clássico, comentando o aporte do autor, suas obras e sua influência na sua própria vida.

Iniciamos *O Meu Clássico* com o prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa da Unisinos.

Albert Camus

O clássico do prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes é Albert Camus (1913-1960).

“Camus foi um existencialista francês do século XX. Nascido na Argélia, desde cedo se deparou com situações que lhe ofereceram consciência real do mundo em que vivia. Ali viveu sob condições simples, inserido num círculo familiar que mais tarde marcou profundamente a sua obra. Romancista e filósofo, foi um homem muito engajado na resistência francesa e nos problemas do homem contemporâneo na Europa da Pós-Guerra. Morreu aos 46 anos em acidente de carro, em Paris.

Seu pensamento

Ele tem quatro livros que especialmente me chamam a atenção: dois romances e dois ensaios. O primeiro romance é *O estrangeiro* que, resumindo, aborda o homem solitário em um mundo absurdo. O ensaio que explica esse romance é *O mito de Sísifo* no qual diz que a filosofia se defronta com um único problema: o do suicídio. O livro todo é para demonstrar por que o homem não deve se suicidar, mostrando que o Sísifo está feliz.

O segundo romance é *A Peste* e mostra o homem solidário em um mundo absurdo. Nesse livro, Camus nos diz que ser feliz sozinho é vergonhoso. O ensaio que explica esse romance, é *O homem rebelde*. Nessa obra, Camus diz que é preciso manter a solidariedade, revoltar-se, comprometer-se, ser honesto, inclusive, parafraseando Descartes: “Eu me revolto, logo nós somos”.

Podemos observar um processo no pensamento do autor. Camus passa da compreensão do homem solitário para o homem solidário e a revolta em conjunto que nos faz gente. Quando teve o acidente de carro, tinha uns escritos do livro *O último homem*, sua autobiografia. Nessa obra, ele conta a sua infância na Argélia, especialmente como viajava pelo mundo nas aulas de história, na escola e quando voltava para casa, tentava passar para sua mãe e seu avô algo de suas viagens, mas eles estavam tão preocupados com sua situação de miséria e sobrevivência no cotidiano que não davam importância àquilo. Por isso Camus diz que a pobreza é uma fortaleza sem ponte elevadiça. As pessoas estão tão voltadas para si que não têm a ponte para o sonho, não conseguem sair de si mesmas.

Albert Camus e Pedro Gomes

Quando estava na filosofia me encantei com Camus e li todas suas obras. Posteriormente desenvolvi sua filosofia no meu livro *Comunicação Social: Filosofia, Ética, Política* (São Leopoldo, Unisinos:1997). É difícil dizer a influência desse autor, como de outros no meu pensamento. Eu não considero o mundo absurdo, mas sim acho que a solidariedade é fundamental mesmo quando o mundo pareça absurdo. Não só penso que ser feliz sozinho é vergonhoso, penso que é impossível. Acho que devemos buscar a inclusão para que as pessoas possam estabelecer pontes elevadizas desde suas fortalezas.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é um boletim eletrônico do Instituto Humanitas Unisinos. **Coordenador:** Prof. Dr. Inácio Neutzling. **Coordenadora adjunta:** Profª Ms. Vera Regina Schmitz. **Redação:** Inácio Neutzling, Sonia Montañó e Graziela Wolfart. **Revisão:** Mardilê Friedrich Fabre. **Fone:** 5903333 ramal 1173 ou 1195. **E-mail:** lhuinfo@poa.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS